

DIEGO ANTONIO SAUGO

**ESTUDO DA POLÍTICA FISCAL NO PERÍODO DE 2003-2010 E O
EFEITO DOS GASTOS DO GOVERNO SOBRE OS GASTOS COM
PROGRAMAS SOCIAIS**

**Trabalho de Monografia II como requisito
parcial para a obtenção do Título de
Bacharel em Ciências Econômicas da
Faculdade Horizontina.**

Orientadora: Patrícia Eveline dos Santos, Ma.

Co-orientadora: Jaqueline Primo Nogueira de Sá

**Horizontina
2012**

**FACULDADE HORIZONTALINA - FAHOR
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

**ANÁLISE DA POLÍTICA FISCAL NO PERÍODO DE 2003-2010 E O EFEITO DOS
GASTOS DO GOVERNO SOBRE O PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL**

**Elaborado por:
Diego Antonio Saugo**

Como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Ciências
Econômicas

Aprovado em: ____/____/2012

Pela Banca Examinadora

Mestre Patrícia Eveline dos Santos Roncato
Professora Orientadora

Jaqueline Primo Nogueira de Sá
Professora Co-orientadora

Mestre Janete Stoffel
Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas

Horizontalina
2012

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família, pois soube compreender o esforço que tenho feito para a conclusão deste trabalho.

Também dedico aos meus colegas do 3º Pelotão da Brigada Militar de Tucunduva, pois, muitas vezes tiveram a compreensão e o bom senso de trocar de serviço e de trabalharem por mim quando eu tinha aulas, ou tive que estudar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a DEUS, por ter me dado muita força e paciência nas horas que mais precisei. Por ter me dado garra e estrutura para aguentar os obstáculos da vida.

Também agradeço minha família, começando por minha Mãe Dona SALETTE, por termos esta ligação tão forte, meu PAI seu OSMAR, que apesar de estar longe, sempre demonstrou se importar muito comigo e por ser uma vitrine de sucesso na vida profissional, como ele sempre diz “só com o suor que a gente ganha às coisas”, e por fim minha IRMÃ, a FERNANDA, a qual sempre me uns puxões de orelha, mas também me motivou para minhas realizações quando eu estava sem vontade de jogar tudo para o alto e sumir.

Outras pessoas que não posso deixar de agradecer são meus colegas de farda, que sempre se esforçaram ao máximo para me deixar completar mais essa batalha da vida. Agradeço ao 1º Sargento, Danilo Anderle Comandante da Brigada Militar de Tucunduva, o qual foi um dos maiores motivadores para que eu continuasse estudando e pudesse concluir mais esta fase da minha vida.

E por fim, agradeço a meus Colegas e Professores que me proporcionaram momentos únicos na minha vida, tanto na aprendizagem, quanto nas brincadeiras fora de hora, me auxiliando e me apoiando no que eu sempre precisava, obrigado.

“O bom economista deve ser matemático, historiador, estadista, filósofo deve entender os símbolos e falar com palavras. Deve contemplar o particular nos termos do genérico, e tocar o abstrato e o concreto na mesma revoada do pensamento. Deve estudar o presente à luz do passado com objetivos futuros. Nenhuma parte da natureza humana ou das suas instituições deve ficar completamente fora do alcance de sua visão. Ele deve ser decidido e desinteressado com a mesma disposição; tão distante e incorruptível quanto um artista, e ainda assim algumas vezes tão perto da terra quanto um político”.

(John Maynard Keynes)

RESUMO

O Brasil nos últimos anos se encontra entre os dez primeiros países com o melhor Produto Interno Bruto do mundo. Porém, esta em 84º lugar no Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano. Esse destaque da economia brasileira vem de políticas adotadas pelos últimos presidentes. Desde o Plano Real, em 1994, a economia vem tendo um controle de sua inflação. Assim, o objetivo principal é identificar e verificar a utilização dos gastos do governo no período de 2003 a 2010, verificando o efeito desses gastos sobre o Produto Interno Bruto brasileiro. Com isso, a metodologia consiste, quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois descreve a política fiscal do Governo Lula (2003 – 2010) e o efeito dos gastos do governo sobre o Produto Interno Bruto do Brasil. Quanto aos meios – trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Portanto, com o estudo pode-se observar que, com as Políticas Fiscais adotadas pelo governo entre os anos de 2003 a 2010, identificam-se dois anos principais de aumento de disponibilidades de recursos, em 2004, o qual foi um ano após a entrada do Presidente Lula, com que houve um aumento nos gastos do governo, sendo que o mesmo apesar de manter uma Política Monetária rígida, aumentava cada vez mais os salários e a disponibilidade de recursos e gastos com programas sociais. E o segundo ano em questão é o de 2008, onde no ano de 2007 foi implementado o Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), que aumentou o investimento em infraestrutura e deu mais mobilidade as medidas institucionais. Também, conclui-se que houve um aumento em gastos do governo em relação aos programas sociais, pois duplicou o seu valor do ano de 2003 para 2010, porém não houve um aumento real, pois a variação passou de 5,45% para 6,16%, variando apenas em 0,71% em relação ao PIB.

Palavras chaves: Política Fiscal - Produto Interno Bruto (PIB) - Gastos do Governo.

ABSTRACT

Brazil in recent years is the top ten countries with the best of world GDP, but this in 84 th in the ranking in the Human Development Index. This highlight of the Brazilian economy, comes from policies adopted by past presidents. Since the Real Plan in 1994, the economy has had a controlling inflation. So, the main objective is identify and analyze the use of government spending in the period from 2003 to 2010, verifying the effect of these expenditures on the Brazilian Gross Domestic Product. Therewith, the methodology consists, as the ends and the means. As for the purpose, it is a descriptive, because examine the fiscal policy of the Lula Government (2003 - 2010) and the effect of government spending on the Gross Domestic Product of Brazil. As for the means - it is a literature search. Therefore, the study can be seen that, with the Fiscal Policies adopted by the government between the years 2003 to 2010, it identifies two years leading to increased availability of resources, and in 2004, which was a year after the the entry of President Lula, there was an increase in government spending, while the same despite maintaining a tight monetary policy, was growing wages and the availability of resources and spending on social programs. And the second year in question is 2008, where in 2007 we implemented the Growth Acceleration Program (PAC), which increased investment in infrastructure and gave more mobility institutional measures. It also concluded that had an increase in government spending towards social programs, since doubled in value from 2003 to 2010, but there was a real increase because the rate increased from 5.45% to 6.16 %, varying only in 0.71% in relation to GDP.

Keywords: Fiscal Politic – GDP (Gross National Product) - Government Spending

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Metas de Inflação e Inflação Efetiva (1999-2012), do Brasil.....	18
FIGURA 2: A Curva IS em Equilíbrio do Mercado de Produto	30
FIGURA 3: A curva LM em Equilíbrio do Mercado de Moedas e Títulos	31
FIGURA 4: Demanda Agregada Deslocamento dos Pontos de E_0 para E_1 e de E_0 para E_2	33
TABELA 5: Conta Econômica Anual brasileira do ano de 2003 a 2010, valores correntes (R\$ 1.000.000) Produto Interno Bruto – PIB.....	52
FIGURA 6: Valor Total dos Gastos com Programas Sociais em relação ao PIB, do Brasil entre os anos de 2004 a 2010.....	54
FIGURA 7: Valores Gastos com Programas Sociais em milhões de reais, Comparando com o Indicador de pobreza segundo PNAD, do Brasil, em milhões de Pessoas.....	58
FIGURA 8: Efeito Multiplicador dos Gastos do Governo Brasileiro dos anos de 2003 a 2010.....	57
FIGURA 9: Variação da Propensão Marginal a Consumir em relação aos Gastos do Governo e a sua Renda Total (PIB)*, do Brasil do ano de 2002 a 2010.....	60

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Pessoas desocupadas de 2003- 2010, do Brasil (em 1.000 pessoas)...	19
TABELA 2: Resultado Primário do Governo Central do Brasil, de 1994 a 1998 (em % PIB).....	35
TABELA 3: Dívida Líquida do Setor Público Brasileiro de 1994 a 1999.....	36
TABELA 4: Orçamento do Governo Federal brasileiro por categoria de uso (% do PIB).....	46
TABELA 6: Valor Total dos Gastos com Programas Sociais brasileiros dos anos de 2004 a 2010.....	50
TABELA 6: Valor Total dos Gastos com Programas Sociais brasileiros do ano de 2004 a 2010.....	52
TABELA 7: Valor Total dos Gastos com Programas Sociais brasileiros em relação ao PIB do ano de 2004 a 2010.....	53
TABELA 8: Indicador de pobreza brasileiro, segundo PNAD 2003 a 2010 (milhões de pessoas).....	55

Sumário

1. Introdução	11
2. Revisão Literária	15
2.1 Macroeconomia e seu Objetivos	15
2.2 Políticas Econômicas	21
2.2.1 Política Fiscal	21
2.2.2 Outras Políticas	22
2.3 Estruturas de Análise Macroeconômica	25
2.4 O Mercado de Bens, Serviços e Monetário (Modelos IS-LM)	28
2.4.1 A Curva IS	28
2.4.2 A Curva LM	30
2.5 Demanda Agregada	32
2.6 Efeito Multiplicador	33
2.7 Políticas Fiscais desde o Plano Real (1994) até o Governo Lula (2003) ...	34
3. Metodologia	39
3.1 Tipo de Pesquisa	39
3.2 Unidade de Estudo	40
3.3 Coleta e Tratamentos dos Dados	40
3.4 Delimitações do Método	42
4. Apresentação e Análise dos Resultados	43
4.1 Políticas Fiscais dos anos de 2003 a 2010	43
4.1.1 Conjuntura Econômica do Governo Lula	44
4.1.2 Orçamento do Governo Federal Por Categoria de Uso	46
4.1.3 A Postura do Governo em Relação às Políticas Fiscais	47
4.2 O Produto Interno Bruto (PIB) em relação aos Programas Sociais	50
4.3 Indicadores de Pobreza e os Gastos com Programas Sociais	54
4.4 O Efeito Multiplicador dos Gastos do Governo e o aumento do PIB	57
5. Considerações finais	60

1. Introdução

O Brasil, no ano de 2011, ocupou o 6º lugar no ranking das maiores economias do mundo, sendo que os Estados Unidos estava em primeiro, a China em segundo e o Japão em terceiro lugar. Essa colocação brasileira se deve a um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 4,143 trilhões no ano de 2011, uma renda Per - capita de R\$ 21.252,00 ao ano, conforme dados do Banco Central (2012). Além disso, é considerado um país emergente, o que é um contraponto, pois ocupou a 84ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2011(PNUD, 2012).

A economia brasileira conta com uma população de 190 milhões de habitantes e está inserida no processo de globalização mundial. Como demonstra sua balança comercial, teve um superávit de US\$ 29,790 bilhões em 2011, o que correspondeu a um crescimento em relação ao ano de 2010 de 4,78%, onde teve uma exportação de US\$ 256,041 bilhões e importações de US\$ 226,251 bilhões no ano de 2011. Atualmente é um grande produtor e exportador de mercadorias de diversos tipos, principalmente commodities, minerais e manufaturados (TESOURO NACIONAL, 2012).

Esse destaque da economia do Brasil vem de políticas sendo adotadas pelos últimos presidentes. Desde o Plano Real a economia vem tendo um controle de sua inflação, após a sua implementação em 1994, onde o Brasil era comandado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso nos anos 1994-1998 e 1998-2002. O maior índice da inflação durante o Plano Real foi de 22,41%no ano 1995, caindo nos anos seguintes, ficando com valor acumulado do ano de 1998 de 1,66%, sendo o ano com o menor índice já registrado, e tendo uma evolução até o ano 2001 de 7,67%, conforme dados do Banco Central, 2012.

Outra questão a ser apontada, a qual foi fundamental na nossa economia, foi a Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF)¹ criada no ano 2000. Essa lei tem como principal objetivo o equilíbrio fiscal, que se quer alcançar pela imposição de restrições para o crescimento da despesa e pela fixação de limites para: gastos com pessoal, despesas com serviços de terceiros e endividamento, e também para ter

¹Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio De 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. (Tesouro da Fazenda, 2012).

credibilidade frente a outras economias e instituições governamentais como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No fim do mandato de FHC o Brasil estava sofrendo com o aumento da dívida pública/PIB, o dólar estava próximo aos R\$ 4,00, a inflação acelerou-se rapidamente no segundo semestre de 2002; e o PIB, que tinha crescido 4,3% em 2000, cresceu a uma média de 2% no biênio 2001/2002, conforme relata Oliveira (2008).

Assim, após o governo do FHC, em 2002, deu-se início ao governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula). Esse período teve bons indicadores macroeconômicos. O Índice de Produto ao Consumidor Amplo (IPCA) (IBGE), que é o principal indicador da inflação brasileira, saiu de 12,53% (2002), antes de Lula assumir, para 3,14%, em 2006, que foi o menor índice, terminado seu governo com 5,9%, ainda muito mais baixo do que havia começado seu governo, conforme dados do Banco Central, (2012).

O desemprego é um importante ponto a ser estudado devido à abrangência social, portanto, como se verifica no início do ano de 2003, havia uma população economicamente ativa de 16.772.000 pessoas, tendo uma média do ano de 2003 até 2009 de 21.247.000 trabalhadores, onde houve um aumento de 26% de pessoas trabalhando (PNAD, 2012).

Também, como demonstra o *site* do PNUD (2012), em relação a diminuição da pobreza, no Brasil, em 1990, a população que vivia em extrema pobreza era de 25,6%, passando para 4,8% em 2009. Esses resultados podem ser provenientes de diversos programas sociais, que tem seus objetivos focados a nessa finalidade.

Como esse foco de políticas sociais o governo federal gastou R\$ 11 bilhões entre os anos de 1995 a 2005, conforme demonstram os resultados no *site* do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA, 2012), representando um crescimento de 74% no período. Salienta-se que 11 milhões de pessoas foram beneficiadas e cerca de 3 milhões de famílias com a Lei Orgânica de Assistência Social.

Nesse contexto é relevante analisar as Políticas Fiscais adotadas pelo governo Lula. Sendo, que a política fiscal é o controle e administração das contas públicas através da política tributária e de gastos. Dessa forma, poder-se-á analisar a política fiscal no período de 2003 a 2010 e o seu efeito multiplicador sobre o PIB nacional.

Tendo isso como base, questiona-se o volume de gastos no governo do período citado e, além disso, como a política fiscal foi conduzida durante o mesmo período? E quanto foram os gastos em programas sociais?

Portanto, o objetivo principal é identificar e analisar a utilização dos gastos do governo no período de 2003 a 2010, verificando o efeito desses gastos sobre o Produto Interno Bruto brasileiro.

Os objetivos específicos servem para delimitar o estudo, dar um sentido mais confiável e focalizar o que se pretende identificar em relação ao trabalho, como segue:

- a) Revisão bibliográfica dos conteúdos da macroeconomia e das políticas macroeconômicas;
- b) Fazer uma recuperação da história da economia brasileira do Plano Real, que foi a Gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), do ano de 1994 a 2002, até a gestão do Governo Lula;
- c) Estudo sobre os Gastos do Governo em relação aos Programas Sociais em relação à pobreza;

Com a definição dos objetivos, o presente trabalho justifica-se por razões de ter um estudo acadêmico em relação à macroeconomia, e por se tratar um assunto de tal relevância para a economia brasileira, o qual é bem desafiador e agrega muito conhecimento tanto ao acadêmico, quanto a comunidade em geral. Em relação aos anos de 2003 a 2010, justifica-se por serem os anos que o Presidente Lula estava comandando o Brasil.

Assim, primeiramente no estudo foi identificado que o brasileiro estava pagando muitos impostos e valores muito altos, como evidenciado no estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT, 2012). O brasileiro trabalha aproximadamente 150 dias para pagar seus impostos e tributos. Mas, em contrapartida o Governo Federal tem aumentado seus incentivos a programas sociais, como Bolsa Família, bolsa escola, vale gás entre outros por isso o governo está arrecadando impostos e repassando em forma de programas sociais.

Um exemplo destes investimentos, a Bolsa Família, a qual é definida pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, tem por objetivo combater a fome, a miséria e promover a emancipação das famílias mais pobres do país. Através da

Bolsa Família, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias mais necessitadas.

Pode-se então considerar que um dos principais desafios da sociedade é a busca da superação das dificuldades de lidar com a pobreza. A solução desses problemas passa por uma descentralização do planejamento e gestão de políticas públicas. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de valorizar as singularidades e as identidades culturais regionais. Assim, é possível desenvolver o capital social de cada região e promover a criação de rendas para as famílias, como espera o Programa Bolsa Família através dos programas de microcréditos, qualificação profissional, dentre outros que o governo federal pretende implantar (NUNES, NASCIMENTO, SILVA, 2012).

Portanto, identificando as Políticas Fiscais, se conseguira compreender o montante de impostos recolhidos nestes anos e como foram gastos em relação a Programas sociais, apurando os fatos do Efeito Multiplicador na Economia em relação ao PIB.

O presente estudo está dividido em sete seções, incluindo esta introdução. A seguir, apresenta-se a revisão literária, onde são contextualizados os conceitos da Macroeconomia e seus objetivos. Posteriormente será identificada a metodologia do presente estudo, as Políticas Fiscais entre os anos de 2003 a 2010 e o Efeito Multiplicador dos gastos do governo com relação aos Gastos Sociais e o aumento do PIB, assim, por fim apresenta as considerações finais do trabalho e as referências utilizadas são apresentadas.

2. Revisão Literária

Tendo em vista o objeto do presente trabalho e também os principais dados motivadores de sua elaboração, este capítulo consiste na fundamentação teórica que servirá como base para a etapa posterior relativa à análise detalhada dos dados pesquisados. Apresenta-se então uma síntese dos objetivos macroeconômicos, a estrutura e as políticas macroeconômicas.

2.1 Macroeconomia e seu Objetivos

A macroeconomia analisa a economia como um todo, ou seja, ela tem uma visão telescópica da economia. Portanto, pode-se definir a macroeconomia como um ramo da Ciência Econômica que estuda os agregados econômicos, seus comportamentos e as relações que guardam entre si (BACHA, LIMA, 2006).

Já para Luque (2004), ela tem como objetivo fundamental analisar como são determinadas as variáveis econômicas de maneira agregada, onde faz a agregação absoluta, pois reúne todos os tipos de bens produzidos.

“A macroeconomia é o estudo da determinação e do comportamento dos grandes agregados, como PIB, consumo nacional, investimentos, exportação, nível geral dos preços etc.” (LUQUE 2004, p. 261).

Com uma abordagem mais completa, Ribeiro (2004), diz que é o ramo da Teoria Econômica que estuda o funcionamento da economia como um todo, procurando identificar e medir as variáveis (agregadas) que determinam o volume da produção total (crescimento econômico), o nível de emprego e o nível geral de preços (Inflação) do sistema econômico, bem como a inserção do mesmo na economia mundial.

A macroeconomia é a parte da ciência econômica que estuda o comportamento do sistema econômico como um todo. Têm como objeto de estudo as relações entre os grandes agregados estatísticos: a renda nacional, o nível de emprego e dos preços, o consumo, a poupança e o investimento totais.

A macroeconomia tem alguns objetivos principais que são o crescimento e desenvolvimento econômico, controle da inflação, alto nível de emprego e a distribuição de renda.

O crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia e, assim sendo, da produção de bens e serviços de determinado país ou círculo econômico. É definido fundamentalmente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*. O crescimento de uma economia é indicado também pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico (FROYEN, 1999).

Nesse mesmo sentido, Vasconcellos afirma que:

(...) quando falamos em crescimento econômico, estamos pensando no crescimento da renda nacional *per capita*, isto é, de que seja colocada à disposição da coletividade uma quantidade de mercadoria e serviços que supere o crescimento econômico populacional. Um país está realmente melhorando seu nível de desenvolvimento econômico e social se, juntamente com o aumento da renda *per capita*, estiver também, melhorando seus indicadores sociais (pobreza, desemprego, meio ambiente, moradia, etc.). (VASCONCELLOS, 2002, p.190).

Com isso Kuznets (1971) acrescenta que o conceito de Crescimento econômico é o aumento contínuo do Produto Interno Bruto em termos globais e *per capita*, ao longo do tempo. Sendo que a capacidade de crescimento baseada no avanço tecnológico exige ajustes institucionais e ideológicos.

Para Kindleberger e Herrick (1977), com uma abordagem mais significativa, diz que o desenvolvimento econômico é um aumento na produção acompanhado de modificações nas disposições técnicas e institucionais, isso é, uma mudança nas estruturas produtivas e na alocação dos insumos pelos diferentes setores da produção, por tanto, para que haja desenvolvimento é necessário crescimento.

Compreendemos com isso que o crescimento econômico é o aumento contínuo do Produto Interno Bruto em termos globais e *per capita*, ao longo do tempo, já o desenvolvimento econômico é definido como as mudanças de caráter quantitativas dos níveis do produto nacional, modificações que alteram a composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fez uma revisão dos cálculos do PIB, em 2007, passando a utilizar uma nova metodologia de cálculo e por isso divulgou uma nova série histórica do PIB, retrocedendo até 1996, com uma nova estimativa para o PIB brasileiro que aumentou, em média, 10%. A relação dívida/PIB também caiu em, aproximadamente, 10%. Assim, a dívida que estava em torno de 49,4% do PIB caiu para 44,4% do PIB, uma queda de 5 pontos percentuais

na relação dívida/PIB. Isso quer dizer que a melhoria nas condições de solvência e liquidez do setor público brasileiro ocorreu devido aos seguintes fatores: efeitos do aumento da demanda internacional por *commodities*; a revisão do PIB pelo IBGE; e a manutenção da política macroeconômica de curto prazo, geração de superávits primários, da fase precedente. O ajuste fiscal propriamente dito teve pouco efeito (OLIVEIRA, 2008).

Ainda sobre os objetivos macroeconômicos, o controle de inflação é um deles. Constatam Bacha e Lima (2006), que a inflação, por seus meios, é uma ocorrência de aumentos contínuos e generalizados dos preços de bens e serviços da economia. Sendo que a inflação tem três efeitos negativos, causando uma redistribuição de renda, distorções na distribuição de recursos e incertezas.

Justificam Lopes e Vasconcellos (2000), que os movimentos inflacionários representam elevações em todos os bens produzidos pela economia e não meramente o aumento de um determinado preço. Por isso, a inflação pode ser dividida em inflação de custo, de demanda, de papel-moeda, galopante, inercial e reprimida.

(...) a inflação pode ser considerada como um aumento contínuo e generalizado no nível de preços. Ou seja, os movimentos inflacionários representam elevações em todos os bens produzidos pela economia e não meramente o aumento de um determinado preço. Outros aspectos fundamentais referem-se ao fato de que o fenômeno inflacionário exige a elevação esporádica de preços. (LOPES E VASCONCELLOS, 2000, p.336).

Mankiw (1998), descreve que a inflação é um fenômeno monetário, e isso coloca uma questão básica: se é a expansão da oferta de moeda que tem efeito inflacionário ou se ela ocorre como resposta à maior demanda de moeda provocada pela inflação. A inflação, normalmente, pode resultar de fatores estruturais (inflação de custos), monetários (inflação de demanda) ou de uma combinação de fatores. Entretanto, independentemente da causa inicial do processo de elevação dos preços, a inflação adquire autonomia suficiente para se auto alimentar por meio de reações em cadeia (a elevação de um preço “puxando” a elevação de vários outros). Desse modo, configura-se a chamada espiral inflacionária.

A seguir, será demonstrado na figura 1 a evolução temporal da inflação, suas metas inflacionárias, inflação efetiva e os seus limites.

FIGURA1:

Metas de Inflação e Inflação Efetiva (1999-2012), do Brasil.

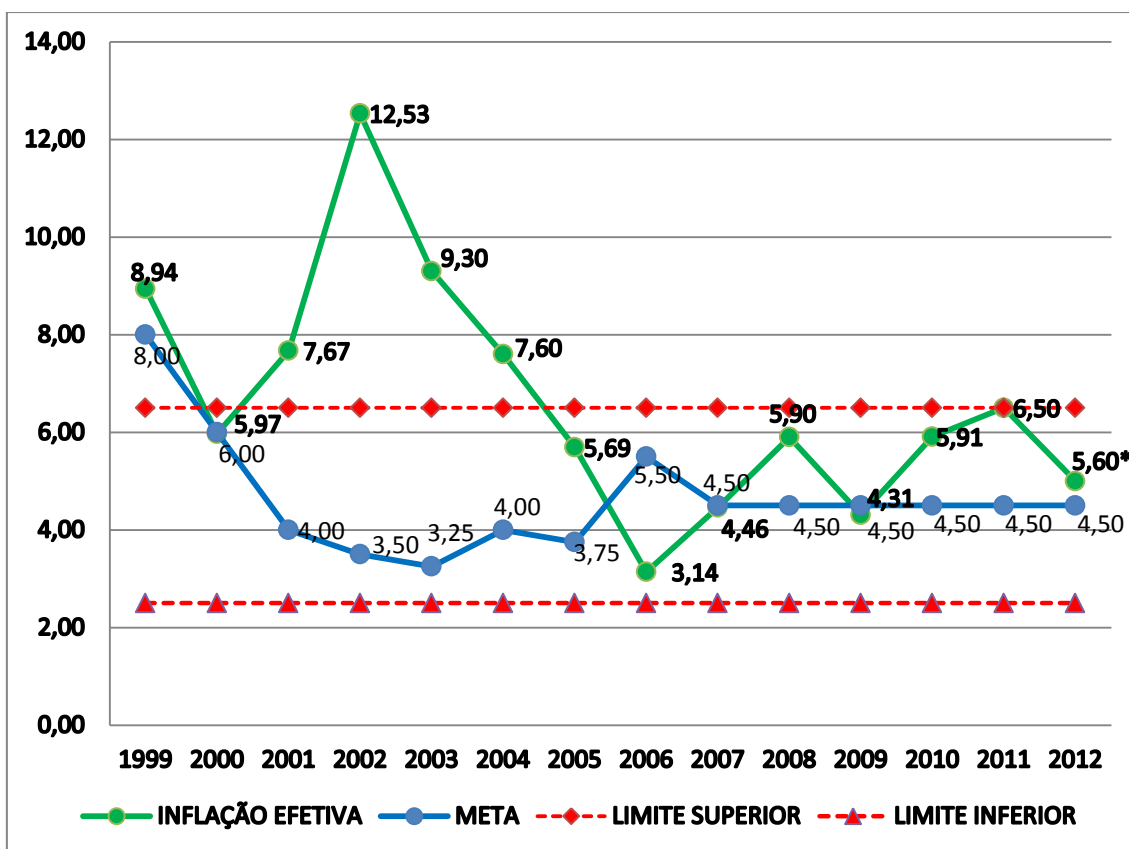


FIGURA1: Metas de Inflação e Inflação Efetiva (1999-2012) do Brasil;
 FONTE: Elaborado pelo autor, a partir Banco Central (2012);
 NOTA: Estimativa para o ano de 2012, conforme ata 167ª Copom 2102.

A Figura1 demonstra a evolução anual da inflação do período de 1999 até 2012. O seu índice mais alto foi no ano de 2002 que foi de 12,53%, e em 2005 em diante ficou próximo de 4,5% que é a sua meta percentual efetiva, dentro de sua linha superior e inferior, sendo que em 2006 esteve em 3,14% que foi o índice mais baixo até 2011, onde ficou em seu limite superior de 6,5%.

Além da Inflação outro objetivo macroeconômico é a busca constante pelo alto nível de emprego. O alto nível de emprego pode ser explicado com a população economicamente ativa, dados que são calculados por várias instituições brasileiras, como o IBGE e o Departamento de Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE, 2012).

Conforme observam os autores Bacha e Lima (2006), a taxa geral é dividida em dois conceitos, o de emprego efetivo que é o total de trabalhadores efetivamente úteis, e a força de trabalho que é a soma dos trabalhadores empregados com os

desempregados. Se a atual taxa de desemprego é elevada e objetiva-se reduzi-la, ou seja, ter variação negativa da taxa de desemprego, há um nível mínimo de crescimento do PIB a ser perseguido de modo a atingir esse propósito.

Contribui Chahad (1987), que esta taxa mede a proporção da população economicamente ativa e que após certa idade, é empregada. É medido pela relação entre o volume de emprego e o total de força de trabalho População Economicamente Ativa (PEA).

Por sua vez Souza (1981), descreve que a taxa de desemprego contabiliza os indivíduos que estão aptos, saudáveis e buscando emprego, mas que não encontram ocupação a taxa de salário vigente. Estatisticamente, é a relação entre o número de desempregados em relação ao total da força de trabalho.

A seguir a tabela 1 demonstra a evolução de desocupados no período de 2003 a 2010, dados do site do IBGE, sendo apresentadas as médias por ano.

TABELA 1:
Pessoas desocupadas de 2003- 2010, do Brasil.
(em 1.000 pessoas)

Ano	Total médio das Metrôpoles
2003	21.129
2004	21.525
2005	21.693
2006	22.139
2007	22.534
2008	22.934
2009	22.463
2010	19.097
Total médio dos anos	21.690

FONTES: Elaborado pelo autor a partir do IBGE (2012).

Conforme a Tabela 1 nos demonstra em 2003 no Brasil tiveram cerca de 21.129 mil pessoas desempregadas, aumentando gradativamente até 2008 que foi de 22.934 mil pessoas. Tendo uma média de 21.690 pessoas por ano. Diminuindo de 2003 a 2010, e ficando com 19.097 mil pessoas desocupadas.

O alto nível de emprego é um dos fatores importantes para interpretar a forma da política fiscal e definir como as políticas sociais deram resultados. Assim, além do alto nível de emprego, a macroeconomia tem também como objetivo a Distribuição de Renda, que pode ser definida por gastos do governo, gastos do setor privado e poupança, conforme Vasconcellos (2002).

As teorias clássicas sobre a renda buscavam explicar os rendimentos da terra. Foi David Ricardo quem, nesse contexto, tornou mais claro o conceito de renda formulado a partir das variáveis fertilidades do solo e distância dos mercados. Portanto, a distribuição da renda é a soma dos rendimentos pagos aos fatores de produção (salários, juros, alugueis e lucro) em um dado período.

Segundo Castoldi (2003) a Distribuição de Renda pode ser dividida como distribuição setorial de renda, onde cada setor tem sua contribuição de renda na economia do produto.

A Distribuição de Renda também tem como métodos de pesquisa a curva de Lorenz e o coeficiente de Giní. Observa a autora Cacciamali (1991), que a curva de Lorenz e o *Coefficiente de Giní*² são instrumentos adequados apenas para uma questão quantitativa da igualdade na distribuição de renda. Ou seja, pretende responder as seguintes questões: numa dada sociedade, num dado período, quando as rendas são iguais, ou de forma complementar, assim como elas se diferem. Portanto, o conceito de igualdade na distribuição de renda difere do conceito de equidade.

Com o avanço na participação dos salários sobre a renda nacional teve também um efeito auxiliar no sentido de reduzir a desigualdade de renda do país. Com isso, verifica-se que entre 2003 e 2009 houve uma efetiva redução da desigualdade de renda, com o Índice de Giní caindo de 0,59 para 0,54. Essa queda da desigualdade da renda deve-se, fundamentalmente, a maior desconcentração da renda do trabalho e aos efeitos das transferências públicas de renda (aposentadorias, pensões, Bolsa Família e programa de benefício de prestação continuada). Apesar disso, não devemos esquecer que o Brasil ainda situa entre os

² **Coefficiente de Giní:** O índice ou coeficiente de Giní se aproximaria de 1, refletindo o aumento da concentração. Se a distribuição da renda, da propriedade da terra, do valor da produção industrial etc. fosse igualitária, a curva de Lorenz coincidiria com a linha de 45° e o coeficiente de Giní seria igual ou muito próximo de zero. Os valores do coeficiente de Giní variam, portanto, entre 1 e zero; quanto mais próximo de 1 for o coeficiente, maior será a concentração na distribuição de qualquer variável, acontecendo o contrário à medida que esse coeficiente se aproxima de zero. A divulgação no Brasil é feita a partir do momento em que o IBGE publica os microdados de uma nova pesquisa nacional por amostra de domicílio (PNAD, 2012).

países com a maior desigualdade de renda no mundo. De qualquer forma, nota-se que ao longo dos oito anos do último governo Lula, a economia brasileira apresentou um crescimento médio anual de 3,46%. Se compararmos esse percentual médio com aquele apresentado pelos oito anos do Governo FHC (2,4%), o resultado é bastante favorável ao Governo Lula. Todavia, esses percentuais situam o Brasil entre os países com as menores taxas médias de crescimento do PIB dentre todos os países da América Latina no primeiro decênio do Século XXI, conforme IBGE, (2012).

Por fim, após os conceitos de Crescimento Econômico, Inflação, Alto Nível de Emprego e Distribuição de Renda, que são os objetivos da Macroeconomia, o estudo prosseguirá com as Políticas Econômicas, onde consta um embasamento teórico, para se ter um alicerce do estudo acadêmico.

2.2 Políticas Econômicas

As políticas econômicas podem ser divididas em Política fiscal, Política monetária, Política de Renda, Política Cambial e Comercial. Serão conceituadas para a abrangência dos seus fatores na economia, dando mais ênfase nas Políticas Fiscais, que é o foco do presente estudo.

2.2.1 Política Fiscal

As Políticas fiscais para Rizzieri (2004), constituem-se nas despesas do governo e no sistema tributário, e seriam utilizadas com o objetivo de conduzir a demanda agregada ao nível de renda de pleno emprego da economia. A mesma pode ser tanto contracionista, quanto expansionista.

Se o objetivo da política for redução da inflação, as medidas fiscais normalmente utilizadas são a diminuição de gastos públicos e/ou o aumento de carga tributária (o que inibe o consumo e o investimento), ou seja, visão diminuir os gastos do governo, (VASCONCELLOS, 2002, p, 195).

Explica Froyen (1999) que a política fiscal é a expressão do orçamento fiscal de um país, um dos vários instrumentos de intervenção do poder público sobre o conjunto da economia. Em seu planejamento, parte-se do fato de que o nível e a distribuição da renda e o volume das despesas privadas sofrem a influência da

tributação, das despesas e da administração da dívida pública, atividades que dizem respeito ao orçamento fiscal. Tais atividades passam, portanto a funcionar de maneira coordenada e integrada aos controles monetários e de crédito; tornou-se um recurso para o controle geral ou parcial dos preços e para o favorecimento, ou restrição, de determinada atividade econômica.

Também Marins e Vieira (1998) relatam que há dois tipos de políticas fiscais uma expansionista e outra contracionista. Sendo que se a necessidade for expandir a produção e o emprego, pois a economia pode-se estar em recessão, às alternativas de políticas é aumentar a despesas do governo ou diminuir os impostos, ou uma combinação das duas, portanto se aplica a política expansionista. Porém, se a produção e o emprego estiverem elevados, ou em aumento contínuo com pouca capacidade ociosa na economia, um excesso de demanda poderá gerar pressões inflacionárias. Nesse caso, a política fiscal adequada seria contracionista, diminuindo os gastos do governo ou aumentando os impostos, ou, ainda, uma combinação destas. Também explicam que nem uma nem a outra é ótima, tendo de ser cíclicas e contínuas.

Alguns autores defendem as Políticas Fiscais, já outros defendem as Políticas Monetárias, se considerando Monetaristas, como George Stigler³ e Milton Friedman⁴. Por isso, será demonstrado as Políticas Monetárias.

2.2.2 Outras Políticas

As outras políticas são tão importantes quanto à política fiscal, são divididas em Políticas Monetárias, Políticas de Renda, Políticas Cambiais e Políticas Comerciais.

A Política Monetária tem grande influência na economia de um país, pois é fundamental para manter o equilíbrio e a liquidez do sistema econômico, sendo uma

³George Joseph Stigler (17 de janeiro de 1911 - 01 de dezembro de 1991) foi um norte americano economista. Ele ganhou o Prêmio Nobel em Ciências Econômicas em 1982, e foi um dos principais líderes da Escola de Chicago de Economia.

⁴Milton Friedman (31 de julho de 1912 - 16 de novembro de 2006) foi um americano economista, estatístico, e autor que lecionou na Universidade de Chicago por mais de três décadas. Ele era um destinatário do Memorial Prêmio Nobel de Ciências Econômicas, e é conhecido por sua pesquisa sobre o consumo, análise monetária história e teoria, e da complexidade da política de estabilização.

das políticas muito utilizadas no Brasil, onde pode controlar os gastos da economia, como a renda familiar e os empreendimentos.

Relatam sobre o assunto os autores Montoro Filho e Troster (2004), que a política monetária se refere aos processos de oferta de moeda, os instrumentos utilizados e os mecanismos de transmissão de seus efeitos. A oferta de moeda é realizada tanto pelas autoridades monetárias, com emissão de notas e moedas metálicas, quanto, pelo banco comercial, que apesar de não poder emitir, podem criar ou destruir moeda, através do efeito multiplicador monetário.

Também pode ser definida a política monetária segundo Lopes e Vasconcellos (2000) como o conjunto de medidas adotadas pelo governo visando a adaptar os meios de pagamento disponíveis às necessidades da economia do país. Essa adaptação geralmente ocorre por meio de uma ação reguladora, exercida pelas autoridades sobre os recursos monetários existentes, de tal maneira que estes sejam plenamente utilizados e tenham um emprego tão eficiente quanto possível. Na maior parte dos países, o principal órgão executor da política monetária é o Banco Central, entidade do Estado ou dele dependente, encarregada da emissão de moeda, da regulação do crédito, da manutenção do padrão monetário e do controle de câmbio. De maneira geral, esse órgão põe ao alcance dos bancos os mesmos serviços que eles prestam a seus clientes.

A política monetária pode recorrer a diversas técnicas de intervenção, controlando a taxa de juros por meio da fixação das taxas de redesconto cobradas dos títulos apresentados pelos bancos, regulando as operações de *open Market* ou impondo aos bancos o sistema de reservas obrigatórias (depósitos compulsórios) para garantir a liquidez do sistema bancário. Em relação ao crédito, podem ser adotadas medidas restritivas ou práticas seletivas.

Bacha e Lima (2006), relata que na Política Monetária as variações na quantidade de moeda afetam o nível de produto apenas no curto prazo. No longo prazo, variações na quantidade de moeda afetam apenas o nível de preço. Portanto, propõe-se o uso de regras simples e estáveis para a política econômica, como por exemplo, o crescimento estável da quantidade de moeda.

Compreende-se nos expostos acima que a política monetária constitui atualmente um instrumento de combate aos surtos inflacionários. Sua maior eficácia em relação às outras políticas econômicas se deve à flexibilidade com que pode ser

aplicada e ao conjunto de medidas práticas que põe ao alcance das autoridades, desobrigando-as de submeter suas decisões ao legislativo.

Outro ponto importante das Políticas Macroeconômicas é a Política de Renda, que traz o importante conceito de renda, e como pode ser gerenciado um país com essa política. Assim, serão identificadas as políticas de renda que em sua magnitude são políticas governamentais que estabelecem diretrizes ou controle de salário e ou preço.

Como identifica Blanchard (2007), as políticas de renda ajudam a coordenar uma expectativa em torno de uma nova taxa de inflação menor, tendo o controle sobre salários e ou preços, para não haver hiperinflações. Já Luque (2004), define a política de renda como sendo as medidas que afetam diretamente os preços dos diversos fatores de produção e dos próprios bens. E como descreve Froyen (1999), as políticas de renda têm uma interferência direta do governo na formação de preços por meio do congelamento de preços e salários, fixação e reajuste salarial e etc. Além da Política de renda, outra importante política é a Política Cambial e Comercial, a qual são políticas individuais, mas que também atuam juntas.

Carvalho e Silva (2002) discorrem sobre o assunto dizendo que, a primeira doutrina a definir uma política comercial para os Estados Nacionais foi o mercantilismo, que prevaleceu na Europa do início do século XVI ao final do XVIII. Essa doutrina defendia como objetivo primordial da política nacional, o máximo afluxo de ouro e prata ao país, pois sua retenção seria o meio mais adequado de acumular riqueza. Para isso, praticava-se uma política comercial que estimulasse as exportações e restringisse as importações, de modo a garantir o maior saldo favorável possível na balança comercial. Daí a tendência dos países mais adiantados a importar somente o essencial, numa tentativa de autossuficiência, e a monopolizar certos fluxos de mercadorias para aumentar as exportações.

Krugman (2005) salienta que as tarifas são às políticas comerciais mais simples. No mundo moderno a maioria das intervenções do governo no comércio internacional toma outra forma: subsídios à exportação, cotas de importação, restrições voluntárias, à exportação e necessidade de comércio local, entre outras.

Já com um conceito mais lacônico Vasconcelos (2002) descreve que a Política Cambial é a política do governo em relação à da taxa de câmbio, e para a Política Comercial a qual diz respeito aos instrumentos de estímulo às exportações e/ou desestímulo às importações.

Após, conceituado as Políticas Fiscais, Monetárias, Comerciais e Cambiais, segue-se o estudo da Macroeconomia com suas estruturas macroeconômicas, onde serão conceituadas as estruturas de análise macroeconômicas.

2.3 Estruturas de Análise Macroeconômica

A estrutura de análise macroeconômica existente se divide em: mercado de Bens e mercado de Serviços, mercado de trabalho, mercado de moedas e títulos, e mercado cambial.

Para identificar o mercado de bens e serviços, Vasconcellos (2002), diz que, efetua-se uma agregação de todos os bens produzidos pela economia em certo período de tempo e define-se o chamado produto nacional, esse produto corresponde à agregação de todos os bens produzidos pela economia.

Da mesma forma, argumenta e complementa Luque (2004), que para o mercado de bens e serviços realiza a agregação de todos os bens produzidos pela economia durante certo período de tempo e define-se o chamado produto nacional.

Bacha e Lima (2006) identificam os bens e serviços tanto com o Produto Nacional Bruto PNB, quanto como o Produto Interno Bruto PIB, pois o PNB segundo os mesmos computa bens e serviços finais produzidos por fatores de produção (trabalho, terra e capital) pertencentes a indivíduos da nação, independentemente da sua localização geográfica. Já o PIB, relatam que computa os bens e serviços finais produzidos com serviços de fatores de produção situados dentro dos limites geográficos de um país.

Com a conceituação dos Mercados de Bens e Serviços, segue-se o Mercado de Trabalho que é o mercado onde se determina o nível de emprego e a taxa salarial.

Relata Froyen (1999) que o mercado de trabalho é onde se realiza a compra e venda de serviços de mão-de-obra, onde trabalhadores e empresários se confrontam, determinando conjuntamente os níveis de salário, nível de emprego, as condições de trabalho e os demais aspectos relativos às relações entre capital e trabalho.

O mercado de trabalho é composto por população residente, população economicamente ativa, população não economicamente ativa e pessoas incapacitadas ao trabalho, (BACHA E LIMA, 2006).

Com isso, aponta Vasconcellos (2002), que representa uma agregação de todos os tipos de trabalhos existentes na economia. Nesse mercado, determina-se a taxa salarial e o nível de emprego.

Nos últimos dez anos, em que os dados obtidos no site do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), estão disponíveis – de 1998 a 2007 – a taxa de crescimento do emprego foi de 56%, com significativos resultados após 2003. O mercado formal Brasileiro contava, em 1998, com 24,5 milhões de empregos formais. Este total aumentou para 28,7 milhões em 2002, e chegou a 37,6 milhões em 2007. Dessa forma, constata-se que cerca de 2/3 dos empregos da década foram criados entre 2003 e 2007.

Com a identificação do Mercado de Trabalho o estudo prosseguirá com o Mercado de Moedas ou Monetário o qual é um modelo de oferta e procura que tem o propósito de explicar o funcionamento da liquidez corrente.

O Mercado Monetário – ou mercado de moeda – é onde ocorrem as captações de recursos à vista, no curtíssimo e no curto prazo. Nesse mercado, atuam principalmente os intermediadores financeiros, negociando títulos e criando um parâmetro médio para taxas de juros do mercado. É a economia cujas trocas são efetuadas utilizando sempre um componente comum. E esse componente que é corriqueiramente conhecido como moeda, (LUQUE, 2004).

Acrescenta Vasconcellos (2002), que é intuitivo perceber que, se as trocas utilizam sempre moeda, elas devem ter alguma importância na determinação do preço e da demanda, sendo que determina as taxas de juros e a quantidade de moeda necessária para efetuar as transações econômicas.

Miles e Scott (2005) sintetizam o mercado monetário, como o conjunto formado pelo mercado financeiro e pelo mercado de capitais, onde abrange todas as transações com moeda se títulos e as instituições que as promovem: Banco Central, caixas econômicas, bancos estaduais, bancos comerciais e de investimentos, corretoras de valores, distribuidoras de títulos, fundos de investimentos etc., além das Bolsas de Valores.

Portanto, o Mercado Monetário trata-se da forma mais identificada pelas pessoas que é o dinheiro, o principal meio de troca, assim o estudo demonstrará outra forma de mercado que é o Mercado de Títulos, os quais não são tão aparentes para as pessoas e sim para as empresas.

Define-se em resumo que o mercado de títulos é o mercado no qual os agentes superavitários emprestam para os deficitários (Luque, 2004).

Portanto os títulos são documento que certificam a propriedade de um bem ou de um valor certificada, (Froyen, 1999). O termo se aplica de forma genérica a todos os valores mobiliários. Apontam-se dois tipos de títulos: os *títulos comerciais* (letra de câmbio, nota promissória, duplicata), que se caracterizam pelo prazo de vencimento relativamente curto e pelo direito que têm seus portadores de receber em moeda corrente as importâncias por eles representadas; e os *títulos de renda* (ações, debêntures, títulos de dívida pública), de vencimento a prazo longo e cujos portadores têm direito de receber rendimentos por eles produzidos. Quando contêm o nome e o domicílio do proprietário, chamam-se *títulos nominativos*; quando o proprietário não é designado, chamam-se *títulos ao portador* e podem ser livremente negociados, independentemente de qualquer ato escrito ou endosso.

Para entendermos os Títulos, Vasconcellos (2002), explica que numa economia, existem agentes econômicos superavitários e agentes deficitários. Agentes superavitários são aqueles que possuem um nível de renda superior aos seus gastos, e os deficitários aqueles que possuem um nível de gastos superior ao da renda. Logo, existe um mercado no qual os agentes superavitários emprestam aos deficitários. Em qualquer economia, há uma série de títulos que fazem essa função como títulos do governo, ações, debêntures, duplicatas entre outros. A Macroeconomia, mais uma vez, agrega todos esses títulos e define um título, e no mercado de títulos procura-se determinar o preço e a quantidade de títulos.

Assim, após verificar o Mercado de Títulos será identificado o Mercado de Câmbio. Como a economia mantém transações com o resto do mundo, existem mercados cambiais. A oferta de divisas depende das exportações e da entrada de capitais financeiros. Enquanto a demanda por divisas é determinada pelo volume de importações e pelas saídas de capital financeiro. A variável determinante nesse mercado é a taxa de câmbio, que é o preço das divisas, em termos de moedas nacionais, segundo Luque (2004).

(...) para tornarem-se variáveis, os preços dos diferentes países devem ser comparados e suas moedas devem ser convertidas na moeda dos outros. A taxa de câmbio permite calcular a relação de troca, ou seja, o preço relativo entre diferentes moedas. (VASCONCELLOS, 2002, p.19).

Conforme Krugman (2005), no Brasil, a rede bancária, liderada pelo Banco do Brasil, é a intermediária nas transações cambiais. Os exportadores, ao receberem moeda estrangeira, vendem-na aos bancos; e os bancos revendem essa moeda aos importadores para que paguem as mercadorias compradas. Essas transações são sempre reguladas pelo governo, que fixa os preços de compra e venda das moedas estrangeiras.

Para Blanchard (2007) os mercados cambiais são operação financeira que consiste em vender, trocar ou comprar valores em moedas de outros países ou papéis que representem moedas de outros países. Para essas operações, são utilizados cheques, moedas propriamente ditas ou notas bancárias, letras de câmbio, ordens de pagamento etc. Até o século passado, a maioria das moedas tinha seu valor determinado por certa quantia de ouro e prata que representavam. Atualmente, não há mais o lastro metálico para servir de relação no câmbio entre as moedas, e as taxas cambiais são determinadas por uma conjunção de fatores intrínsecos ao país, principalmente a política econômica vigente.

As estruturas de análise de mercado abrangeram o Mercado de Bens e Serviços, Mercado de Trabalho, Mercado de moeda ou monetário, Mercados de Títulos, Mercado de Câmbio, portanto será investigado o Modelo IS-LM⁵ a qual é muito importante na presente base teórica.

2.4 O Mercado de Bens, Serviços e Monetário (Modelos IS-LM)

Os modelos das curvas IS-LM são divididos em dois, em economia fechada e aberta. O Modelo IS-LM serve para explicar a demanda agregada de um país, tendo sempre que ter um ponto de equilíbrio entre os mesmos.

2.4.1 A Curva IS

A curva IS é o conjugado de situações de equilíbrio no mercado de bens e serviços. A curva IS é o lugar geométrico das combinações de i (taxa de juros) e y (produto interno) que equilibram o mercado de bens e serviços (onde vazamentos

⁵O modelo econômico é uma formalização matemática iniciada por John Richard Hicks baseada largamente na teoria de John Maynard Keynes. A sigla IS/LM do modelo provém do inglês *Investment Saving /Liquidity preference Money supply*.

são iguais a injeções, ou onde oferta agregada é igual à demanda agregada), segundo Vasconcellos (2002).

Para Junior (2004), a curva IS demonstra as condições de equilíbrio no mercado de bens e serviço, determinando que as despesas agregadas igualem a renda agregada, mantendo a mesma estrutura do modelo Keynesiano, mas acrescentando a taxa de juros pra explicar o investimento.

“A curva IS (investment-saving) mostra as condições de equilíbrio no mercado de bens, isto é, em que a despesa agregada iguala a renda agregada.” (JUNIOR, 2004, p. 365).

Para melhor compreensão da curva IS verifica-se em um plano cartesiano de quatro quadrantes, conforme Figura 2, No quadrante 4, é desenhada a reta da poupança social $(s+t)$. À medida que y (demanda) aumenta, aumenta $(s+t)$. No quadrante 1, estão colocados os gastos do governo (g) , com um montante fixo independente da taxa de juros. O investimento “ i ” relaciona-se inversamente com a taxa de juros. Logo, foi desenhada a curva de $(i(r)+g)$. A igualdade de $(i+g=s+t)$ é colocada no quadrante 3. A seguir, é obtida a curva IS no quadrante 2. Considere a renda y_0 e a poupança social $(s+t)_0$, no quadrante 4, o equilíbrio deve se igualar a $(i+g)_0$, quadrante 3, que será obtido a taxa de juros r_0 , quadrante 1, Logo, se encontra o ponto A, de coordenadas (y_0, r_0) , no quadrante 2, que equilibra o mercado de produto $[(i+g)_0 = (s+t)_0]$. Considere agora, uma taxa de juros $r_1 (> r_0)$. Ela gera $(i+g)_1$, que para ser equilíbrio deve ser igual a $(s+t)_1$. O último necessita de y_1 . Logo, (y_1, r_1) é outro ponto da IS (ponto B), no quadrante 4 (LUQUE, 2004).

FIGURA 2:
A curva IS em equilíbrio do mercado de produto

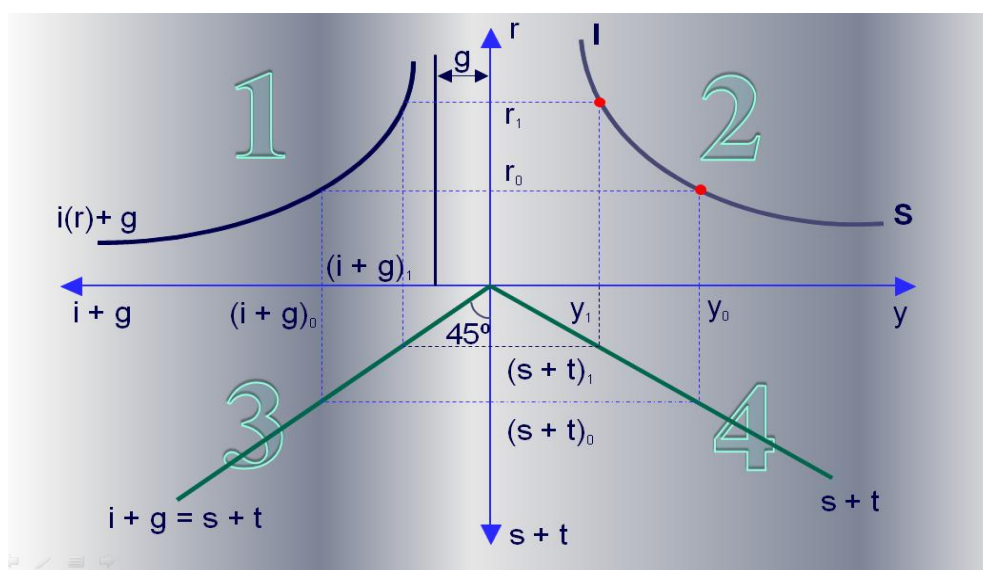


FIGURA 2: A curva IS em equilíbrio do mercado de produto;
FONTE: Elaborado pelo autor, a partir de: BACHA, C.J.C. LIMA, R.A.S.; Macroeconomia Teoria e Aplicação na Economia Brasileira. (2006).

Assim, foi identificada a Curva IS, que é o conjunto de equilíbrio do mercado de bens e serviço, a seguir, será identificado à curva LM, que é o lado financeiro da economia.

2.4.2 A Curva LM

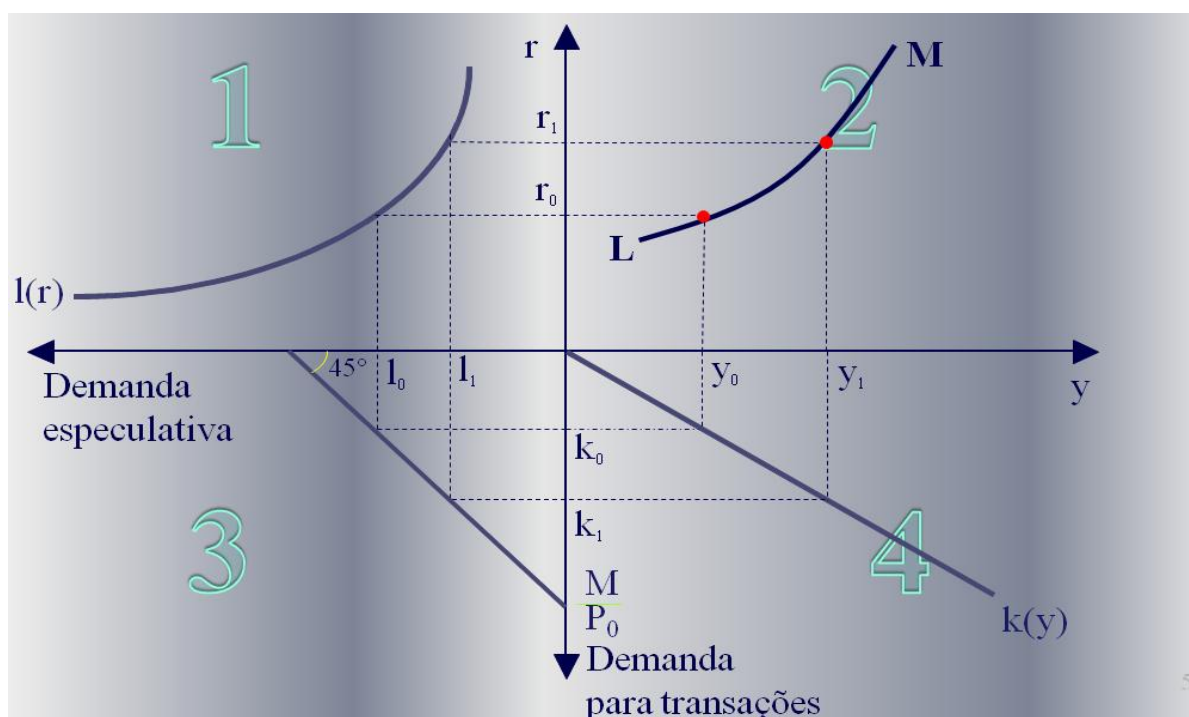
Junior (2004), expõe que a curva LM (*Liquidity Money*) demonstra o equilíbrio do mercado de ativos. Existem dois tipos de ativos na economia, nos quais as pessoas alocam suas riquezas, estes são as moedas e títulos públicos. A propriedade da moeda é possuir liquidez absoluta, mas não apresenta qualquer rendimento, isto é, sua posse não dá rendimento ao detentor. Já os títulos rendem juros, porém possuem uma liquidez inferior á da moeda, isto é, existe um custo para transformá-lo em poder de compra. “A curva LM representa a curva positivamente inclinada que relaciona a taxa de juros ao produto. A curva corresponde á relação LM, a condição de equilíbrio de mercado financeiro, (BLANCHARD, 2007, p.575)”.

Para a Curva LM identificamos um novo conjunto, para sua obtenção, conforme a Figura 3 o quadrante 3 expressa a demanda de moeda para transações,

e no quadrante 1 é representada a demanda especulativa por moeda. Observe que a demanda por moeda para transação, curva $k(y)$, aumenta à medida que cresce a renda. A demanda de moeda para especulação, curva $l(r)$, reduz à medida que aumenta a taxa de juros. No quadrante 3, há a igualdade de demanda real de moeda com a oferta dos saldos reais de moeda, isto é $\frac{\bar{M}}{P} = L(r) + k(r)$. (1)

Considere o nível de renda y_0 . Ele implica em demanda de moeda para a transação igual a k_0 . Para haver igualdade entre a oferta e demanda de moeda em saldos reais, a demanda especulativa por moeda tem que ser l_0 , o que ocorrerá se a taxa de juro for r_0 . Tem-se, assim o ponto A, de coordenadas (y_0, r_0) , de equilíbrio de mercado de moeda.

FIGURA 3:
A curva LM em equilíbrio do mercado de Moedas e Títulos



FONTE: Elaborado pelo autor, a partir de: BACHA, C.J.C. LIMA, R.A.S.; Macroeconomia Teoria e Aplicação na Economia Brasileira (2006).

Agora, considere que a taxa de juros seja r_1 . A demanda especulativa por moeda será de l_1 , A igualdade entre oferta e demanda de moeda em termos reais implica a demanda de moeda para transação der k_1 . Isso ocorrerá se a renda for y_1 . Portanto, o ponto B, C coordenadas (y_1, r_1) , é um ponto de equilíbrio de mercado de moeda.

Ao se unir o ponto A e B, ou seja, (y_0, r_0) e (y_1, r_1) , obtém-se a curva LM, positivamente inclinada no ponto cartesiano y (renda) versus r (taxa de juros).

Outro ponto importante do referencial teórico é a Demanda Agregada, a qual demonstra a variação dos produtos com um todo.

2.5 Demanda Agregada

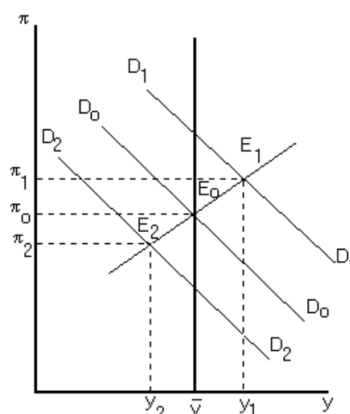
A Demanda Agregada é compreendida como a quantidade de bens ou serviços que o conjunto dos consumidores deseja e está disposta a adquirir em determinado período de tempo e por determinado preço.

A Demanda Agregada constitui-se nas despesas da coletividade em bens e serviços de consumo investimento, despesas governamentais e exportação. Observe que, para obter a renda nacional deve-se subtrair o montante total das importações do país, (RIZZIERI, 2006, p.296).

Obtém-se, portanto, a demanda agregada de um produto somando-se todas as demandas individuais desse produto. A demanda agregada depende de todos os fatores que determina má demanda individual mais o número de compradores do bem ou serviço em questão existente no mercado (FROYEN, 1999).

A figura 4 demonstra a demanda agregada, onde ela se desloca de E_0 para E_1 , indicando um aumento de juros e um aumento na renda, e no deslocamento de E_0 para E_2 uma diminuição nos juros e uma diminuição na renda.

FIGURA 4:
Demanda Agregada deslocamento dos
Pontos de E_0 para E_1 e de E_0 para E_2



FONTE: BLANCHARD, Olivier: Macroeconomia, 4ª edição, Pearson Prentice Hall: São Paulo 2007, Cap. 7.

Complementa Mankiw (1998) dizendo que é a soma das despesas das famílias, do governo e os investimentos das empresas, consistindo na medida da demanda total de bens e serviços numa economia. Tanto a política monetária (determinação das taxas de juros) quando a política fiscal (determinação dos impostos se gastos governamentais) tentam influenciara demanda agregada para alcançar metas deseja das de crescimento e emprego.

Com isso, o estudo relatará o Efeito Multiplicador, o qual foi um termo utilizado por Keynes (1936), que tinha como objetivo definir o índice de aumento na renda nacional resultante de um dado aumento na quantidade de investimentos.

2.6 Efeito Multiplicador

Miles e Scott (2005), define o efeito multiplicador como o termo utilizado por Keynes (1936) para determinar o índice de avanço na renda nacional resultante de um dado acréscimo na quantidade de investimentos. Pelo efeito multiplicador, um aumento nos investimentos gera uma ampliação proporcionalmente maior na renda. Assim, se um acréscimo de investimentos da ordem de R\$ 50milhõescausar um aumento na renda nacional de R\$ 200milhoões, o multiplicador será igual a quatro. Uma das identidades fundamentais na macroeconomia Keynesiana é a de que o multiplicador é igual ao inverso da propensão marginal a poupar.

Rizzieri (2004) define o efeito multiplicador como um coeficiente associado aos investimentos, que determinada à magnitude de variação no nível da renda nacional.

Assim, o efeito multiplicador apresenta que o processo é por uma variação autônoma da demanda agregada. Assim, pode-se haver um deslocamento da demanda agregada devido à variação autônoma de algum de seus elementos como consumo, investimento, juros, gastos do governo, importação e exportação. Porem, se houver alguma injeção ou vazamento do fluxo de renda, após uma variação autônoma, os efeitos subseqüentes são derivados de variações induzidas do consumo em cada etapa, em função do aumento de renda de cada setor, (VASCONCELLOS, 2002).

Assim, portanto fica a fórmula para o efeito multiplicador (VASCONCELLOS, 2002):

$$y=(1/1-b)a-(b/1-b)T+(1/1-b)I+(1/1-b)G+(1/1-b)X-(1/1-b)M. \quad (2)$$

Sendo dividido em:

$$\text{Multiplicador de consumo autônomo: } K_a = \frac{\partial y}{\partial a} = \frac{1}{1-b} \quad (3)$$

$$\text{Multiplicador de investimentos: } K_I = \frac{\partial y}{\partial I} = \frac{1}{1-b} \quad (4)$$

$$\text{Multiplicador de impostos: } K_T = \frac{\partial y}{\partial T} = \frac{-b}{1-b} \quad (5)$$

$$\text{Multiplicador de gastos do governo: } K_G = \frac{\partial y}{\partial G} = \frac{1}{1-b} \quad (6)$$

$$\text{Multiplicador de exportação: } K_X = \frac{\partial y}{\partial X} = \frac{1}{1-b} \quad (7)$$

$$\text{Multiplicador de importação: } K_M = \frac{\partial y}{\partial M} = \frac{1}{1-b} \quad (8)$$

A teoria Keynesiana mostra que um aumento unitário nos gastos do governo tem exatamente o mesmo efeito sobre a renda de equilíbrio que um aumento unitário nos dispêndios autônomos. O processo multiplicador, pelo qual o aumento inicial de renda gera aumentos induzidos no consumo, é o mesmo para um aumento nos gastos do governo e nos investimentos, (FREITAS, CASTRO NETO, LÔU, 2009).

Com a conceptualização da Macroeconomia, serão identificadas as Políticas Fiscais desde o Plano Real até 2003, aonde se inicia o governo Lula, e serão destacados os principais pontos Macroeconômicos.

2.7 Políticas Fiscais desde o Plano Real (1994) até o Governo Lula (2003)

Fernando Henrique Cardoso (FHC) teve seu primeiro mandato como presidente no período de 1995 a 1998, o período em que o Plano Real foi implementado. Nesses quatro anos, houve um desequilíbrio nas contas fiscais, sendo que houve uma diminuição considerável da inflação. O Plano Real começou com 30% e passou a 39% da dívida líquida do setor público (DLSP) sobre o PIB de 1994 a até 1998, (OLIVEIRA aput, GIAMBIAGI; ALÉM, 2008).

Serão demonstrados na Tabela 2 os Resultados Primários do Governo Central do ano de 1994 a 1998, sendo o primeiro mandato do governo FHC.

TABELA 2:
Resultado Primário do Governo Central do Brasil,
de 1994 a 1998 (em % PIB).

Discriminação	1994	1995	1996	1997	1998
Receita Total	18,92	16,77	16,14	16,93	18,74
Tesouro/BC	13,91	12,15	11,33	12,22	14,02
INSS	5,01	4,62	4,82	4,71	4,72
(-) Transferências entre Estados e Municípios	2,55	2,60	2,53	2,66	2,91
Receita Líquida	16,37	14,17	13,61	14,27	15,83
Despesas não financeiras	13,95	13,57	13,42	14	15,05
Pessoal	5,14	5,13	4,84	4,27	4,56
Benefícios Previdenciários	4,85	4,62	4,89	5,01	5,45
Outras Despesas	3,96	3,82	3,69	4,72	5,03
Superávit Primário	3,25	0,47	0,34	-0,31	0,51

FONTE: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Banco Central de 2012.

A Tabela 2 demonstra os resultados primários onde, a receita bruta do governo central passou de 18,92% para 18,74% do PIB de 1994 a 1998 tendo uma redução de 0,18%. Em relação ao aumento da Receita Total de 1994 a 1998, seus principais fatores foram, aumento de 0,4% das transferências a estados e municípios, também um acréscimo de 0,6% de benefícios previdenciários do INSS, e avanço de 1,1% das demais despesas em relação ao PIB.

Em seu conjunto das despesas primárias, sem levar em conta a rubrica de erros e omissões, demonstrou que foram ocupados de 1,5% do PIB entre 1994 e 1998, para suas contas fiscais. A Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), que foi continuamente extinta e aprovada algumas vezes até 2007, outro fator importante foi à criação do fundo social de emergência (FSE), e posteriormente foi transformado em fundo de estabilização fiscal (FEF), que vigorou até 1999, seguinte a receita de concessões da “banda b” de telefonia celular e do leilão das empresas da Telebrás que começaram em 1997 e terminou em 2001, e por fim o aumento da receita do imposto de renda sobre aplicações financeiras que foi aprovado em 1997 e valeu apenas para o ano de 1998. Por sua vez, tais receitas extraordinárias foram crescentes até 1999 e a partir de então, elas diminuíram em relação a 1999, mas continuaram a representar um ingresso de recursos (OLIVEIRA, 2008).

Já no segundo mandato FHC, 1999 a 2002, em relação às Necessidades de Financiamento do Setor Público nominais do período de 1999, que passaram para

4,0% do PIB, houve um ajustamento fiscal primário, juntamente com a menor despesa com juros reais. Entretanto, a dimensão dos ajustamentos patrimoniais impediu que essa melhora fiscal refletisse em uma mudança na trajetória da relação dívida pública/PIB (AVERBURG, 2002).

Como será verificado na Tabela 3, a Dívida Líquida do Setor Público de 1994 a 1999, houve um aumento de gastos tanto no âmbito do governo federal quanto nos estaduais e municipais.

TABELA 3:

Dívida Líquida do Setor Público Brasileiro de 1994 a 1999.

Especificação	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Dívida Líquida Total	28,5	31,1	33,3	34,6	42,5	48,1
-Governo Federal e Banco Central	12,3	13,5	15,9	18,8	25,3	29,5
-Governos Estaduais e Municipais	9,5	10,8	11,5	13	14,3	15,2
-Empresas Estatais	6,7	6,8	5,9	2,8	2,9	3,4

FONTE: Elaborado pelo autor conforme dados do Banco Central.

A Dívida Líquida total passou de 28,5% do PIB, para 48,1% do PIB de 1994 a 1998, tendo um aumento de 59,1%. Já as empresas estatais tiveram uma diminuição de 6,7% para 3,4% do PIB.

Por causa disso, semanas antes das eleições presidenciais de 1998, o governo anunciou que estava negociando com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um acordo para não declarar moratória e dar mais confiança aos investidores externos. O acordo envolvia quatro pilares: forte ajuste fiscal com metas de superávit primário para o período de 1999 a 2001; política monetária dura; pacote de ajuda externa com recursos do FMI e de outros organismos multilaterais; e manutenção da política cambial com valorizações nominais.

Posteriormente sua vitória nas eleições houve dois fatores colocou em risco a estratégia oficial, onde em dezembro de 1998 o Congresso Nacional rejeitou uma das medidas de ajuste mais importantes, e poucas semanas depois, no início de janeiro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais decretou moratória temporária da sua dívida com o Governo Federal. Conseqüentemente, estes dois fatos impactaram negativamente a imagem do Brasil e começaram as desconfianças de que ao receber os recursos do FMI o Brasil não cumpriria suas metas fiscais. Em

tais circunstâncias, a perda de reservas em alguns dias chegou a ser de mais de US\$ 1 bilhão/dia (GIAMBIAGI e ALÉM, 2008).

Em consequência disto, houve um aumento da dívida pública, era natural que o superávit primário necessário para estabilizar ou diminuir a relação dívida/PIB. Porém, o governo conseguiu convencer o FMI a aceitar a troca do déficit nominal pelo superávit primário como critério de desempenho, enquanto que a variação da dívida, que gera as NFSP, virou uma meta indicativa. Isso foi importante porque evitou que medidas fiscais fossem negociadas com o congresso todas as vezes que o governo decidisse apertar a política monetária com a alta dos juros.

Um avanço importante do governo do FHC no ano de 1999 para 2000, foi a Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), que para o controle duradouro das contas fiscais e, nesse sentido, houve uma mudança estrutural favorável para o equilíbrio fiscal.

A LRF foi parte das medidas de ajuste para 1999 e representa uma série de diretrizes gerais que norteiam as autoridades, na administração das finanças públicas dos níveis central, estadual e municipal. A lei representa uma tendência mundial e a busca de um marco institucional mais rígido que evita uma má administração pública. A LRF apresenta dispositivos que estabelecem tetos para a despesa com pessoal; limitam o endividamento público; obrigam a um retorno rápido a certos níveis de endividamento, se os limites forem temporariamente ultrapassados; definem regras rígidas para o comportamento do gasto com pessoal no final do mandato das autoridades; vedam a possibilidade de refinanciamentos ou postergação de dívidas entre entes da federação e provêm sanções para os casos de não cumprimento das regras da lei (GIAMBIAGI, 2007).

Segundo Giambiagi e Além (2008), o regime de política econômica adotado em 1999 assentou-se sobre quatro pilares: austeridade fiscal, na forma de metas de resultado primário bastante restritas para o triênio 1999/2001; aprovação das chamadas “reformas”; adoção de metas de inflação; e livre flutuação cambial.

Complementando o contexto de Giambiagi, Além, Oliveira (2008), relata que foram atingidas as metas de acordo com o FMI no ano de 1999, porém, em 2001 a economia voltou a ingressar em uma crise, deixando a economia brasileira em uma fase difícil nos anos 2001/2002 e afetando o desempenho da economia e a disponibilidade de recursos para certas rubricas.

Foram evidenciados alguns problemas que antecederam o governo Lula como o no âmbito interno do país racionamento de energia em 2001, crise política com o rompimento entre o PFL e o PSDB; e incertezas acerca das eleições de 2002 e um eventual Governo Lula, e no campo externo do Brasil, os efeitos do agravamento da crise argentina em 2001, eclodindo na decretação da moratória externa do país vizinho no final daquele ano, a combinação da crise das bolsas internacionais, interrupção do crescimento forte nos EUA e o efeito dos atentados terroristas no EUA que afetaram a liquidez internacional (OLIVEIRA, 2008).

Algumas consequências disto foram o aumento do risco-país em 2001 e 2002 o dólar atingiu um valor próximo de R\$4,00, a inflação acelerou-se rapidamente no segundo semestre de 2002, e o PIB, que tinha crescido 4,3% em 2000, cresceu a uma média de 2% até 2002. Com a dívida pública continuando a subir, o Brasil no final de 2002 voltava a sofrer a ameaça de uma moratória com a qual já tinham convivido quatro anos antes. Com a dívida líquida atingindo 56% do PIB em setembro de 2002, o Governo FHC negociou uma extensão do programa com o FMI para 2003, com o compromisso de geração de um superávit primário consolidado de 3,75% do PIB no primeiro ano do governo futuro, que foi seguido pelo Governo de Luís Inácio Lula da Silva. (OLIVEIRA, 2008).

3. Metodologia

A metodologia é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática (RODRIGUES, 2007).

Lakatos e Marconi (2003, p. 85) o definem método como:

[...] o método é um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

E Matesco (2010, p. 3) define metodologia como:

[...] o estudo dos métodos, ou “receita”, para as etapas a serem seguidas em um determinado processo, e são fundamentais para o desenvolvimento dos projetos, desde que bem aplicados de acordo com as necessidades da empresa e do projeto, pois não existe uma receita perfeita para todos.

Com a compreensão da metodologia, a qual pode ser dividida em Tipo de Pesquisa, Unidade de Estudo e Coleta e tratamento de dados.

3.1 Tipo de Pesquisa

Considerando-se os critérios de classificação de pesquisa proposto por Vergara (1998), quanto aos fins e quanto aos meios, tem-se:

a) Quanto aos fins – trata-se de uma pesquisa descritiva, pois analisará a política fiscal do Governo Lula (2002 – 2008) e o efeito dos gastos do governo sobre o Produto Interno Bruto do Brasil.

b) Quanto aos meios – trata-se de uma pesquisa bibliográfica.

Classifica-se como pesquisa bibliográfica, pois se recorrerá ao uso de materiais acessível ao público em geral, como livros, artigos já publicados, *sites* da *internet* como IBGE, Banco Central, DIEESE.

Também discorre sobre o mesmo assunto Cervo (1983), que a pesquisa proposta é tanto bibliográfica, pois procura explicar um fenômeno publicado a partir de referenciais teóricos publicadas em documentos, e descritiva, pois analisa um fenômeno ou variáveis sem manipulado.

(...) a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte descritiva ou experimental (...);

(...) a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. (...) Procura descobrir com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. (CERVO, 1983, p. 55).

Santos (2005), discute bem essas afirmações acima citadas, pois, a pesquisa bibliográfica é feita em materiais já pesquisados, onde são classificadas como leituras coerentes e de referências.

Com o exposto, será definida a seguir a Unidade de Estudo, o qual nos dará o principal meio a ser estudado.

3.2 Unidade de Estudo

Partindo do conceito de Macroeconomia proposto pelo estudo abrangente, considera-se que a unidade de estudo será o país Brasil, o qual é uma região geográfica considerada o território físico de um Estado soberano, ou de uma menor ou antiga divisão política dentro de uma região geográfica.

Outra unidade de estudo, a política fiscal que é o controle e administração das contas públicas através da política tributária e de gastos.

E, por fim, o Efeito multiplicador o qual foi o termo utilizado por Keynes para definir o índice de aumento na renda nacional resultante de um dado aumento na quantidade de investimentos.

Com a identificação da Unidade de Estudo será demonstrado quais são os meios de Coleta e Tratamento de dados.

3.3 Coleta e Tratamentos dos Dados

As principais instituições pesquisadas foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tesouro Nacional, O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Portal da Transparência, Departamento Intersindical de Estudos Sócios Econômicos (DIEESE), Banco Central e Receita Federal.

Será coletados os dados e utilizados o Office⁶ (Excel) para as suas análises através da elaboração de tabelas, gráficos, figuras, entre outros para ilustração de resultados.

Assim, o Multiplicador de gastos do governo como sendo (VASCONCELLOS, 2002):

$$K_G = \frac{\partial y}{\partial G} = \frac{1}{1-b}, \text{ onde:} \quad (6)$$

K_G = Efeito Multiplicador;

∂y = PIB;

∂G = Variação dos Gastos do Governo;

b = Variação do PIB/Gastos do Governo.

Também foi identificado segundo Júnior (2010), o valor de equilíbrio da renda (considerando as famílias, unidades empresarias e o governo) que é igual a soma dos gastos autônomos dividida por um menos a propensão marginal a consumir.

Sendo que se identifica a fórmula a seguir, elaborado por Junior (2010):

$$VRT = \frac{C+I+G}{(1-PMC)} \quad (10)$$

Onde:

VRT = Variação da Renda Total;

C = Consumo das famílias;

I = Formação Bruta de Capital Fixo + Variação de Estoques;

G = Gastos do Governo; e,

PMC = Propensão Marginal a Consumir.

Na sequência foi observado a variação dos Gastos do Governo e foi comparada com a variação total da renda nacional. Para ser identificada sua variação ao longo dos anos de 2003 a 2010 e identificarmos qual foi a influencia dos gastos do governo sobre o PIB brasileiro através da equação qq proposta por Junior (2010).

⁶Uma combinação robusta de plataformas para servidor, aplicações para estação de trabalho e serviços online, o Microsoft Office era formado por pacotes de tecnologias para produtividade individual que, com o tempo, evoluíram e se tornaram um sistema abrangente e integrado.

$$VRG = \frac{G}{(1-PMC)} \quad (11)$$

De tal modo, com a identificação de onde foram coletados os dados e seus meios de tratamento, se salienta algumas limitações do método de estudo.

3.4 Delimitações do Método

O limitador deste estudo é a Política Fiscal, a qual será delimitada entre os anos de 2003 a 2010. Assim, coletadas as principais informações e determinando quais foram suas ações pertinentes as Políticas Fiscais e identificar o efeito em relação aos Gastos do Governo.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

Este capítulo está dividido em três partes, em um primeiro momento serão abordadas as Políticas Fiscais dos anos de 2003 a 2010, onde serão demonstradas, A-Conjuntura Econômica do Governo Lula, em seguida, Orçamento do Governo Federal Por Categoria De Uso, e por fim desta parte, A Postura do Governo em Relação às Políticas Fiscais. E com isso, passa-se para a segunda parte que é O Produto Interno Bruto (PIB) em relação aos Programas Sociais, e fechando o capítulo, com a identificação do Efeito Multiplicador dos Gastos do Governo e o aumento do PIB.

4.1 Políticas Fiscais dos anos de 2003 a 2010

O início do ano 2003 deu-se com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência, e passou por dois mandatos consecutivos. O primeiro mandato foi até 2006 e, se reelegeu, sendo o segundo até 2010.

Nessa gestão o orçamento do Governo Federal por Categoria de Uso demonstra algumas informações importantes que afetaram o PIB em função de seus programas sociais. Ainda, destaca-se a postura do Governo em relação às Políticas Fiscais e os Indicadores de Pobreza e os Gastos com Programas Sociais.

O governo do ex-presidente Lula teve um começo perturbado com o aumento do dólar chegando a R\$ 4,00, a inflação descontrolada e um crescimento elevado da dívida pública/PIB. O novo governo se defrontava com a necessidade de uma forte elevação da taxa de juros, a vigorar no ano de 2003, e de vencer as desconfianças, demonstrando um controle do superávit primário/metas de inflação/câmbio flutuante (GIAMBIAGI e ALÉM, 2008).

A postura fiscal do governo começou a mudar no ano 2005, deixando para trás o período de ajuste que durava desde 1999 para entrar em um período em que a política fiscal tornou-se ativa. Com um impulso fiscal de 18,99%, pela primeira vez, o governo adotou uma postura expansionista com a finalidade de promover crescimento econômico.

4.1.1 Conjuntura Econômica do Governo Lula

No governo Lula tiveram que ser tomadas algumas medidas cruciais para a superação da situação de emergência existente no começo de 2003. Alterou-se as metas de inflação de 8,5% para 2003 e 5,5% em 2004, representando forte redução em relação aos 12,5% de 2002. Destaca-se também o aumento para 26,5% a taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), para conseguir amenizar a ameaça inflacionária (OLIVEIRA apud, GIAMBIAGI, ALÉM 2008).

Os mesmos autores descrevem que, se elevou de 3,75% para 4,25% do PIB a meta de superávit primário do setor público em 2003, pois se comprometeu na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a conservar a meta de 4,25% do PIB de superávit primário durante todo o período de governo e por fim se submeteu à apreciação do congresso á duas Propostas de Emenda Constitucional (PEC) que foram ás reformas estruturais da previdência social e do sistema tributário.

Para a reforma tributária, ajustou a Desvinculação de Recursos da União (DRU), permitindo ao governo certa margem de manobra, conseguindo prorrogar a CPMF de 0,38% sobre as transações financeiras até 2007. Em seguida, implementou a mudança na modalidade de cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) para substituir a taxaço sobre o faturamento pela tributação do valor adicionado, o que na prática revelou um poderoso meio de aumento da arrecadação a partir da vigência da mesma, em 2004 (OLIVEIRA, 2008).

Em sua reforma previdenciária o governo propôs e, conseguiu, implementar a taxaço dos rendimentos dos inativos em 11 % do valor excedente ao teto do INSS, fixando um teto igual ao do INSS para as futuras aposentadorias daqueles que vierem a ingressar no setor público após a aprovação da reforma e que trabalhareem em entidades que tiverem instituído previdência complementar. Ajustou-se a idade mínima de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, mantida a redução de cinco anos para os professores de primeiro e segundo graus, para recebimento da aposentadoria integral. Também se aplicou um redutor de 5% por ano para aqueles que quiserem se aposentar-se a uma idade que respeite a idade mínima anteriormente prevista de 53 anos para homens e 48 anos para mulheres, mas antes dos novos limites de 60 e 55 anos. Impor um redutor ao valor das novas pensões, em relação ao valor do benefício original, respeitado um limite de isenção,

reduzidor esse fixado em 30% sobre o valor que exceder o teto do INSS (GIAMBIAGI e MENDONÇA, 2004).

O fechamento de 2003 teve muita importância no começo do governo Lula, pois, por decorrência de sua recuperação da confiança, a cotação do dólar caiu, o risco-país diminuiu, onde a trajetória de queda dos juros pode ser retomada a partir de meados do ano e a inflação, que é Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou em 2003 em 9,3% (OLIVAIRA, 2008).

Como cita Blanchard (2007), a política fiscal é dividida em três: curto, médio e longo prazo. Ele a define como uma escolha do governo sobre impostos e gastos. E a política monetária segundo Lopes e Vasconcellos (2000) como o conjunto de medidas adotadas pelo governo visando a adaptar os meios de pagamento disponíveis às necessidades da economia do país. Portanto, as novas ações do Governo no campo monetário e fiscal indicaram que o Presidente Lula estava disposto a se mostrar confiável pela Política Ortodoxia⁷ econômica.

Como Giambiagi e Além (2008), destacam que no governo Lula, ele ao mesmo tempo em que apoiava o rigor monetário e fiscal, dava ordens e estimulava à sua equipe a aumentar o poder aquisitivo do salário mínimo e elevar a dotação orçamentária para o que com o tempo veio a ser o programa Bolsa Família⁸.

Além disso, o Brasil teve um ótimo desempenho frente à economia internacional em 2003, demonstrado ao longo da década. Dos anos 2003 a 2007, o mundo teve um crescimento em média de 4,9% a.a., com picos de 5,3% em 2004 e de 5,4% em 2006. Apesar de o Brasil ter seu crescimento inferior ao da maioria dos países emergentes, em que o mundo também acelerou a sua expansão a demanda mundial, houve uma extraordinária abundância de liquidez e um forte crescimento da economia chinesa que favoreceu o Brasil com a alta dos preços das commodities no mercado mundial (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008).

⁷ **Política econômica ortodoxa**, ou também a “receita do FMI”: Basicamente consiste em acreditar que as forças do mercado, liberadas, resolverão quase tudo. Recomendam, portanto, a) liberar a taxa de câmbio (desvalorizando mais o Real, estimulando a exportação e desestimulando a importação); (b) liberar: os preços (acabando com os tabelamentos e controles do CIP); e principalmente (c) liberar os juros (fazendo com que o seu aumento desestime os investimentos e ajude a levar a economia à recessão). Quanto aos salários, pela lógica também deveriam ser liberados, mas, segundo a receita, devem ser controlados e reduzidos. Isto revela o caráter ideológico dessa política e serviço do capital financeiro, internacional e secundariamente nacional, (RIZZIERI, 2004).

⁸ O **Programa Bolsa Família** (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza extrema em todo o País, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Com esta demonstração o presente estudo indicará o Orçamento do Governo Federal Por Categoria de Uso, a qual compreende o orçamento e classificação das contas Públicas.

4.1.2 Orçamento do Governo Federal Por Categoria de Uso

De grande importância para a compreensão do orçamento são os critérios de classificação das contas públicas. As classificações são utilizadas para facilitar e padronizar as informações que se deseja obter. Pela classificação é possível visualizar o orçamento por Poder, por função de governo, por subfunção, por programa, por categoria econômica.

A seguir consta a tabela 4 que demonstra o Orçamento do governo Federal por Categoria de Uso, em porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB).

TABELA 4:

Orçamento do Governo Federal Brasileiro, por Categoria de Uso de 2003 a 2008 (% PIB)

Descrição	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Transferências a entes subnacionais	4,99%	5,03%	5,74%	5,64%	5,86%	6,44%
Transferências de renda as famílias	9,50%	9,65%	10,08%	10,42%	10,56%	10,56%
Transferências setor privado	0,24%	0,21%	0,28%	0,29%	0,29%	0,17%
Consumo do Governo	3,73%	3,65%	3,51%	3,59%	3,75%	3,75%
Investimentos e inversões financeiras	0,35%	0,53%	0,58%	0,73%	0,85%	0,96%
Demais	0,24%	0,24%	0,32%	0,32%	0,24%	0,26%
Total	19,03%	19,31%	20,51%	20,97%	21,55%	22,14%

FONTE: Elaborado pelo autor conforme dados do SOF e do Siga Brasil/Senado, 2012.

Conforme se verifica na Tabela 4 que houve uma evolução nas despesas públicas, no período 2003-2008, evidencia que estas cresceram 3,5% do PIB. Constata-se que o crescimento foi desigual entre as categorias de uso. Em relação as transferências de renda às famílias se destacam, apresentando crescimento de 2,15% do PIB no período. Também se identificou na média dos anos que as transferências a entes subnacionais cresceram 1,8% do PIB.

Entre os anos de 2003 a 2005 houve um ajuste em relação as contas, sendo somente as transferências de Renda Familiar que cresceram em todo o período, já para o consumo do governo, os investimentos e as transferências a entes subnacionais demonstraram reduções expressivas, para somente nos anos seguintes apresentarem moderado crescimento.

O ajuste ocorrido no período de 2003-2005 deveu-se à necessidade de elevar o esforço fiscal com o objetivo de estabilizar a dívida pública. Nesse sentido, é importante destacar que o objetivo de manter a sustentabilidade da política fiscal, ao menos no nível federal, não entrou em conflito com a tarefa de distribuir renda por meio dos programas de transferências de renda do governo federal (PIRES, 2009, p. 8).

O Investimento Público foi o que mais sentiu o impacto das restrições orçamentárias fiscais. O ano de 2003 foi que os valores das despesas atingiram seus índices mais baixos, crescendo sensivelmente no período até retornar ao patamar anterior ao do ajuste fiscal. Sendo assim, as transferências de renda foram preservadas por causa do ajustamento fiscal das despesas com o consumo do governo e sobre os investimentos públicos do governo federal. Verifica-se que a Política Fiscal não sacrificou as transferências de renda do governo federal, pois foi o seu alicerce, apesar de entrar em conflito com as demais categorias (PIRES, 2009).

Como foi identificado, houve um aumento de 3,05% no total do Orçamento, e tendo a maior variação total em 2007 de 21,55%. Será demonstrada a Postura do Governo em Relação às Políticas Fiscais, as quais são um dos pontos principais do estudo.

4.1.3 A Postura do Governo em Relação às Políticas Fiscais

Verifica-se que o período de amadurecimento da Política Fiscal brasileira pode ser explicado pelo cumprimento integral e sistemático das metas de superávit primário desde sua adoção em 1999. O resultado desse processo foi o fim do acordo com o FMI em meados de 2005. Além disso, dois fatos que podem ser considerados marcantes para a conquista de credibilidade foram: a conquista do grau de investimento em 2008; e em 2009 quando o Brasil passou a ser credor do FMI (MENDONÇA, 2010).

Assim, identifica-se que em 2004 o superávit primário obtido pelos governos estaduais demonstra uma elevação da receita estadual. O Programa de Reestruturação Fiscal e Financeira, sob o amparo da Lei 9.496/97, prevê o comprometimento de aproximadamente 13% da receita líquida real dos estados para o pagamento das prestações relativas ao refinanciamento da dívida estadual. E essas prestações impactam o superávit primário. A análise dos principais componentes da receita estadual sugere que o seu aumento esteve associado, em alguma medida, ao ICMS. A arrecadação desse tributo cresceu 7,6% em termos reais, deflacionado pelo IPCA, entre 2003 e 2004. As transferências federais, ainda que tenham se elevado, em 2004, aproximadamente 5% em termos reais, decaíram ligeiramente em percentual do PIB. A introdução da Cide⁹ somente compensou a queda observada nas transferências relativas à Lei Kandir¹⁰, conforme IPEA, 2005.

Já o comportamento da economia entre 2006 e 2008 mostrou um crescimento econômico, em torno de 5%, e sua inflação controlada. Por tanto, em função desse cenário que poderia levar a economia a uma situação de superemprego e, por conseguinte, comprometer o equilíbrio fiscal, houve uma postura pouco expansionista em 2006 em relação à observada em 2005 onde teve uma postura muito expansionista. O aperto na política monetária continuou em 2007 e 2008, e o resultado do impulso fiscal indicou, respectivamente, uma postura austera e neutra.

A postura fiscal teve que ser alterada em 2009 devido aos impactos na economia brasileira decorrente da crise mundial. A queda na atividade econômica com o crescimento negativo de 0,2% de acordo com o IBGE, (2012) fez com que o governo reduzisse o superávit primário o qual foi de 2,06% do PIB, o menor desde a adoção das metas de superávit primário em 1999, e adotasse uma política fiscal contra cíclica que culminou com um impulso fiscal de 22,63%, tendo uma postura muito expansionista. Assim, com um bom exemplo se refere no ano de 2009, onde teve o objetivo o efeito recessivo devido à economia de 2008, em decorrência da

⁹ Com base no Art n° 149 da Constituição federal (CF/88), a CIDE foi instituída através da Lei n° 10.168, publicada em 30/12/2000, para financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação (OLIVEIRA, 2008).

¹⁰ A **Lei Kandir**, lei complementar brasileira n° 87 que entrou em vigor em 13 de setembro de 1996 no Brasil, dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal, nas operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS). A lei Kandir isenta do tributo ICMS os produtos e serviços destinados à exportação. A lei pega emprestado o nome de seu autor, o ex-deputado federal Antônio Kandir.

crise, o governo brasileiro concedeu uma série de incentivos fiscais, como por exemplo, a redução do imposto sobre os produtos industrializados de bens duráveis (MENDONÇA, 2010).

Também é necessário destacar que a arrecadação de tributos pelo Estado brasileiro manteve-se no patamar de 34% do PIB em 2010. Observa-se que o nível da carga tributária naquele ano se mantém inalterado, com ligeiras oscilações, desde 2005. Os tributos com maior arrecadação como proporção do PIB em 2010 foram: o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), cobrado no âmbito estadual, com 7,25%, Imposto de Renda, a nível federal, com 5,75%, seguido pelas contribuições da Previdência Social, com 5,75%, e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), com 3,70%.

Em 2010, devido aos fortes sinais de recuperação da economia (o PIB cresceu 7,5%) a Política Fiscal tornou-se menos frouxa, com pouca rigidez, e a postura fiscal tornou-se neutra. Assim, é identificado que no governo Lula (2003/2010) com as mesmas cinco rubricas orçamentárias foram gastos 80,94% das despesas totais (correntes e capitais) e 93,14% das receitas totais (correntes e capitais¹¹) e a despesa total, foi de 27,54% do PIB, gerando déficit nominal de 4,15% do PIB, conforme dados do IBGE, (2012).

Compreende-se neste capítulo que o Brasil teve um comprometimento de aproximadamente 13% da receita líquida real dos estados para o pagamento das prestações relativas ao refinanciamento da dívida estadual, também um aumento na arrecadação de 7,6% do ICMS, até 2004. Assim, com a crise em 2009, as atividades econômicas tiveram um crescimento negativo de 2%, com isso o governo reduziu o superávit primário o qual foi de 2,06% do PIB e adotou uma Política Fiscal contra cíclica que culminou com um impulso fiscal de 22,63%, tendo uma postura muito expansionista, com o investimento intenso de 80,94% das despesas totais, gerando um déficit nominal de 4,15% do PIB. Por tanto, o estudo se direcionara para outro ponto importante que é a variação do PIB em relação aos Programas Sociais, os quais são identificados os investimentos diretos do Governo.

¹¹ A Balança de Capital inclui os fluxos entre residentes e não residentes de transferências de capitais e as aquisições/cadências de ativos não produzidos, não financeiros (tais como compra e venda de patentes, franchises, licenças ou compra e venda de terrenos por embaixadas e consulados), segundo a Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

4.2 O Produto Interno Bruto (PIB) em relação aos Programas Sociais

Segundo Cerqueira (2012), é identificado que o PIB (Produto Interno Bruto) é o principal indicador de crescimento econômico de um país. O qual incide na totalidade dos bens e serviços produzidos no país, abatidas as despesas com os insumos utilizados no processo de produção durante o ano. É a medida total das riquezas produzidas por todas as atividades econômicas. Os principais setores da economia responsáveis pelo PIB são: agropecuária, indústria e o setor de serviços.

O PIB também é descrito como que a renda devida a produção, dentro dos limites territoriais do país, conforme (FONSECA, 2004). O PIB de 2003 a 2010 teve uma evolução, como é demonstrado na Tabela 5 a seguir, a qual passou de R\$1.699.948, para R\$ 3.770.085, nos respectivos anos.

TABELA 5

Conta Econômica Anual brasileira do ano de 2003 a 2010, valores correntes (R\$ 1.000.000) Produto Interno Bruto - PIB

Período	Valor Corrente
2003	1.699.948
2004	1.941.498
2005	2.147.239
2006	2.369.484
2007	2.661.344
2008	3.032.203
2009	3.239.404
2010	3.770.085

FONTE: Elaborado pelo autor conforme dados IBGE, 2012.

Na Figura 5 o PIB teve uma variação de 51,26% de 2003 a 2010, o que indica que aumentou R\$1.554.381, chegando a R\$ 3.770.085,00, tendo um aumento de R\$ 2.070.137,00, de 2003 a 2010. Também estão ilustrados os valores na figura 5, onde demonstra essa evolução dos PIB.

Figura 5:
Conta Econômica Anual brasileira do ano de
2003 a 2010, valores correntes (R\$ 1.000.000)
Produto Interno Bruto - PIB

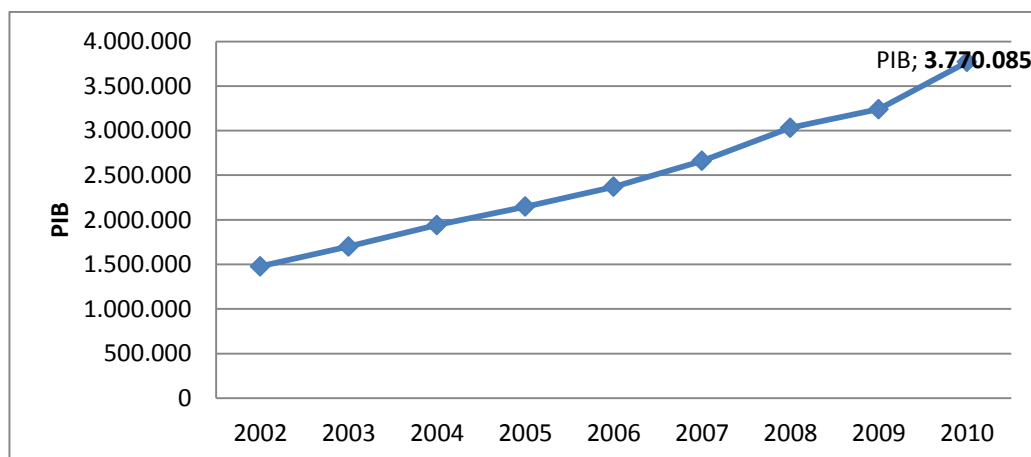


FIGURA 5: CONTA ECONÔMICA ANUAL (R\$ 1.000.000) Produto Interno Bruto - PIB
 FONTE: Elaborado pelo autor conforme dados IBEG, 2012.

Com isso teve uma média de anual de R\$ 260.76.51,00 e um crescimento médio de R\$ 258.767,00 por ano. Conforme foi identificado o PIB serão demonstrados os gastos com os programas sociais e assim serão demonstradas as sua evolução durante os anos de 2003 a 2010, e confrontado com os gastos do governo com sua assistência social.

Identifica-se a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, – onde a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, e será realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Ainda de acordo com o diploma legal citado, a assistência social realiza-se de forma integrada as políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais (SIMÕES FILHO, 2010).

As ações governamentais na área da Assistência Social são atualmente organizadas com base na descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais a esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estaduais e municipais. Cabe também a S

entidades beneficentes e de assistência social e a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (CERQUEIRA, 2012).

Com isso, ira ser identificado os programas sociais, que, apesar do Programa Bolsa Família (PBF) ter sido criado, em outubro de 2003, com a função de integrar em um único programa o Bolsa Escola (2001) e o Bolsa Alimentação (2001), juntamente com Auxílio Gás (2002) e o Cartão Alimentação (2003), em dezembro de 2004, o número de famílias beneficiadas com estes programas remanescentes, no país, ainda somavam 8.560.400 milhões de famílias pobres atendidas, com 48,22% delas localizadas no Nordeste (QUEIROZ, 2009).

Portanto, ira ser demonstrada na Tabela 6, os valores totais com gastos por programas sociais, entre os anos de 2004 a 2010, o qual foi extraído do *Site* da transparência.

TABELA 6:
Valor Total dos Gastos com Programas Sociais
brasileiros dos anos de 2004 a 2010

Ano	Valores Correntes
2004	R\$ 105.818.249.263,80
2005	R\$ 120.460.267.670,41
2006	R\$ 144.827.545.210,56
2007	R\$ 165.034.755.952,71
2008	R\$ 203.766.062.325,61
2009	R\$ 209.364.793.984,53
2010	R\$ 232.525.320.910,76

FONTE: Elaborado pelo autor conforme Portal da Transparência, 2012.

Quanto as Transferências de Renda Individual, que são compostos pelos Valores Totais dos Gastos com Programas Sociais, houve um aumento passando de R\$105 milhões para R\$ 232 milhões, o que representa um acréscimo 126%, sendo dobrado o investimento de 2004 para 2010.

Portanto, para a compreensão dos gastos a Tabela 6, demonstra-se na Tabela 7 o Valor Total dos Gastos com Programas Sociais em relação ao PIB, o qual foi sua porcentagem de gastos em relação ao PIB.

TABELA 7

**Valor Total dos Gastos com Programas Sociais em relação ao PIB,
do Brasil entre os ano de 2004 a 2010**

Ano	Valor TGPS*	PIB valor total	%
2004	R\$ 105.818.249.264	R\$ 1.941.497.999.000,00	5,45%
2005	R\$ 120.460.267.670	R\$ 2.147.238.999.000,00	5,61%
2006	R\$ 144.827.545.211	R\$ 2.369.484.000.000,00	6,11%
2007	R\$ 165.034.755.953	R\$ 2.661.344.001.000,00	6,20%
2008	R\$ 203.766.062.326	R\$ 3.032.203.004.000,00	6,72%
2009	R\$ 209.364.793.984	R\$ 3.239.404.000.000,00	6,46%
2010	R\$ 232.525.320.910	R\$ 3.770.085.000.000,00	6,16%

FONTE: Elaborado pelo autor Fontes IBGE e Portal da Transparência

NOTA: *Valor TGPS: Total Gasto com Programas Sociais

Assim, nos demonstra a tabela 7 que em 2004 o investimento em programas sociais era de 5,45% do PIB, passando para 6,16% no ano de 2010, o que representa um aumento de 0,71%.

Com isso, Souza (2006) relata que a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em janeiro de 2004, implicaram no aumento dos investimentos em políticas de proteção, assistência e desenvolvimento social, que se traduzem em programas e ações de transferência de renda, segurança alimentar e nutricional, assistência social e inclusão produtiva. Isso significou uma expansão substantiva da cobertura de serviços e da rede de proteção social e, em 2005, cerca de 50 milhões de pessoas pobres e/ou vulneráveis foram beneficiadas pelos programas do MDS.

Os estudos realizados por Pochmann (2007), também como os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2006), demonstram que houve melhorias nos indicadores socioeconômicos e progresso na redução da pobreza absoluta e da desigualdade na distribuição de renda no Brasil.

Para tanto, será identificado na Figura 6 a evolução tanto dos gastos com Programas Sociais em relação do PIB em sua porcentagem.

Figura 6:
Valor Total dos Gastos com Programas Sociais em relação ao PIB, do Brasil
entre os anos de 2004 a 2010.

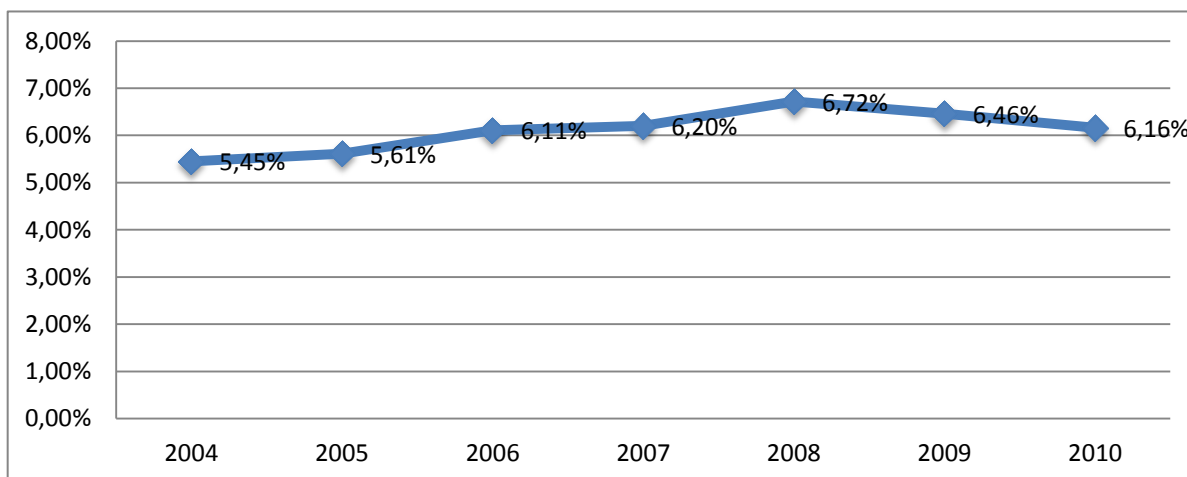


FIGURA 6: Valor Total dos Gastos com Programas Sociais em relação ao PIB;
 FONTE: Elaborado pelo autor conforme, IBGE e Portal da Transparência, 2012.

Assim, como demonstra a Figura 6, onde há uma evolução nos gastos com programas sociais passando de 5,45% para 6,16% do PIB, com isso, é importante analisar em relação à desigualdade social neste período, o qual é demonstrado posteriormente, na Figura 7, a relação entre o aumento do gasto com programas sociais e a desigualdade de renda entre os anos de 2004 a 2010.

4.3 Indicadores de Pobreza e os Gastos com Programas Sociais

No ano de 2004 foi criado o Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome o qual, provocou um aumento de investimentos em políticas de proteção, assistência e desenvolvimento social, onde se traduzem em programas e ações de transferência de renda, segurança alimentar e nutricional, assistência social e inclusão produtiva. Isso significou uma expansão substantiva da cobertura de serviços e da rede de proteção social e, em 2005, cerca de 50 milhões de pessoas pobres e/ou vulneráveis foram beneficiadas pelos programas do MDS (SOUSA, 2006).

Assim, portanto entre, entre 1995 e 2008, a queda média anual da taxa nacional de pobreza absoluta (até meio salário mínimo *per capita*) foi -0,8% a. a., sendo que no período mais recente de 2003/2008, a taxa anual foi de -3,1%. A taxa nacional de pobreza extrema (até ¼ do salário mínimo *per capita*) foi de -2,1% a. a.

Essa situação se registrou após a aprovação da Constituição Federal de 1988, que permitiu a elevação do gasto social em relação ao PIB, de 13,3% em 1985, para 21,9% em 2005, com destaque à elevação da participação dos municípios de 10,6% para 16,3%, resultante do movimento de descentralização da política social e da participação social na formulação e gestão das políticas sociais brasileiras (SILVA, 2010).

Com a identificação de Silva (2010), verifica-se na Tabela 8 o indicador de pobreza em milhões de pessoas entre os anos de 2003 a 2010, dados extraídos do PNAD 2012. Onde se identifica uma diminuição de pessoas pobres.

Tabela 8
Indicador de Pobreza do Brasil, Segundo PNAD
2003 a 2010 (milhões de pessoas)

Anos	Milhões de pessoas
2003	50
2004	46
2005	43
2006	37
2007	35
2008	31
2009	29
2010	26

FONTE: Elaborado pelo autor conforme PNAD, 2012

Conforme é identificado na Tabela 8 do ano de 2003 a 2010 houve uma diminuição de 48%, representando um total de 24 mil de pessoas. Assim, identifica-se que em 2003 começou haver uma diminuição, sendo neste ano implantado o programa Fome Zero, conforme é identificado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010).

Com isso será feito a comparação entre os investimentos em programas sociais e o indicador de pobreza entre os anos de 2004 a 2010, conforme a Figura 7.

FIGURA 7:
Valores Gastos com Programas Sociais em milhões de reais,
Comparando com o Indicador de pobreza segundo PNAD, do Brasil,
em milhões de Pessoas.

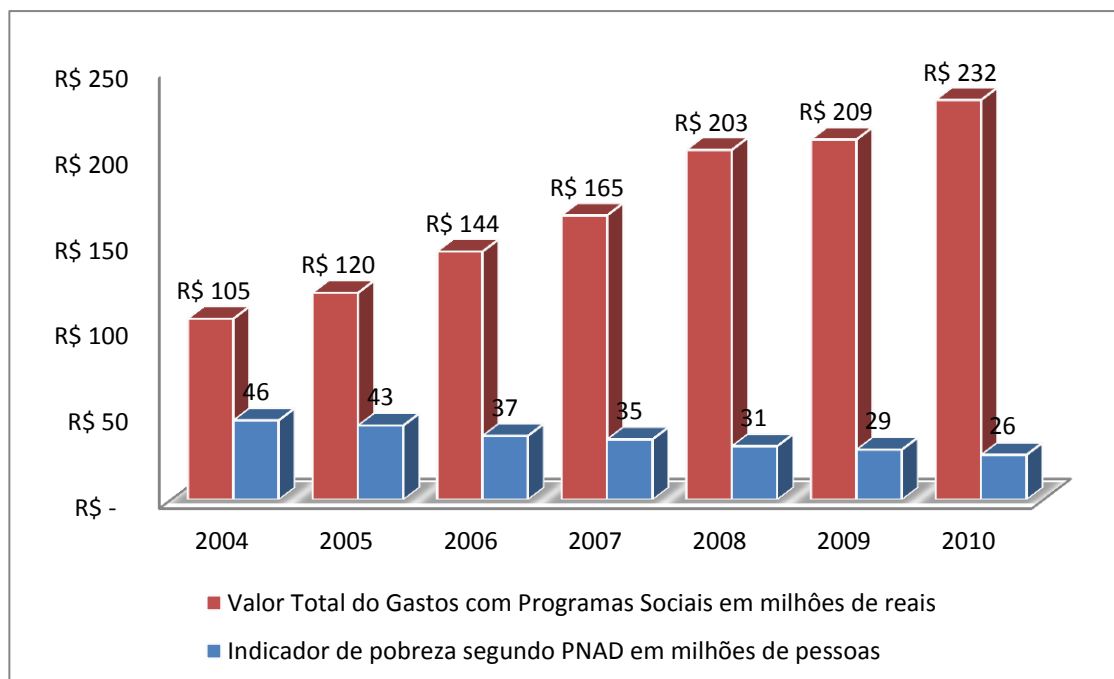


FIGURA 7: Valores Gastos com Programas Sociais em milhões de reais, Comparando com o Indicador de pobreza segundo PNAD em milhões de Pessoas.

FONTE: Elaborado pelo Autor conforme PNDA, 2012 e Portal da Transparência.

Com esta figura se observa que com um aumento no investimento em programas sociais houve uma diminuição nos indicadores de pobreza. Conforme identificado houve um aumento de R\$105 milhões em 2004 para R\$ 232 milhões em 2010, e houve uma diminuição na pobreza de 46 milhões de pessoas para 26 milhões de pessoas pobres.

Portanto, o estudo passará a demonstrar o Efeito Multiplicador dos gastos do governo com relação aos Gastos Sociais e o aumento do PIB, sendo considerados os valores atuais.

4.4 O Efeito Multiplicador dos Gastos do Governo e o aumento do PIB.

Como já foi identificado o Efeito Multiplicador, o estudo será focado em relação aos Gastos do Governo, onde segundo Vasconcellos (2002), o Multiplicador de gastos do governo é identificado como, $K_G = \frac{\partial y}{\partial G} = \frac{1}{1-b}$, assim, sendo: (6)

$$\text{PIB} = \partial y$$

$$\text{Gastos do Governo} = \partial G$$

$$b = K_G$$

Com o exposto, a figura 8, demonstra os resultados do Efeito Multiplicador dos Gastos do Governo no Brasil no período de 2003 a 2010. Cálculo esta no apêndice II.

Figura 8:
Efeito Multiplicador dos Gastos do Governo Brasileiro
dos anos de 2003 a 2010

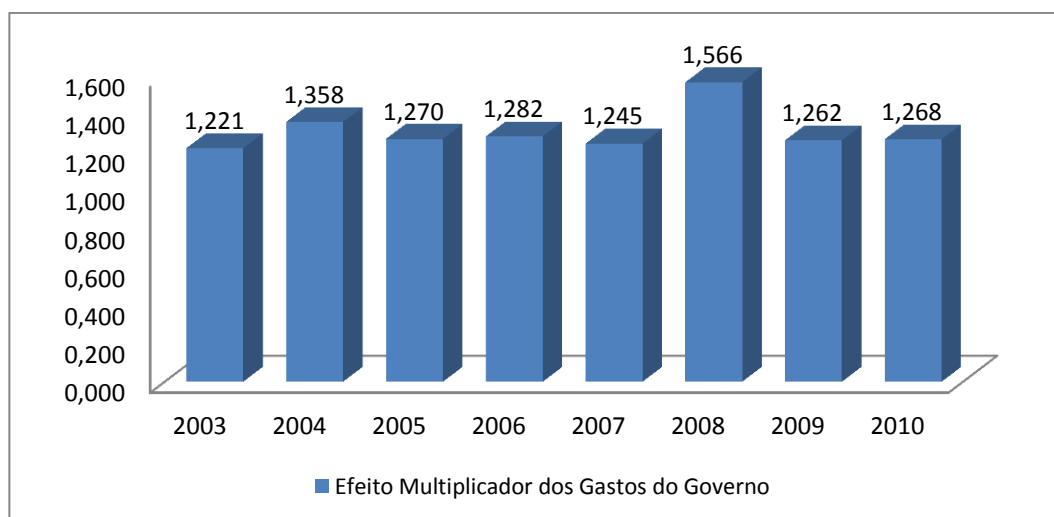


Figura 8: Efeito Multiplicador dos Gastos do Governo
Fonte: Elaborado pelo autor segundo IBGE, 2012.

Na Figura 8, como pode ser observado o Efeito Multiplicador teve uma variação média de 1,30 de 2003 a 2010, sendo que em 2002 teve o menor índice com 1,13 e em 2008 teve o maior índice com 1,56. E é demonstrado, que a cada real investido, em Gastos Públicos, o governo conseguiu fazê-lo multiplicar-se 1,30 vezes.

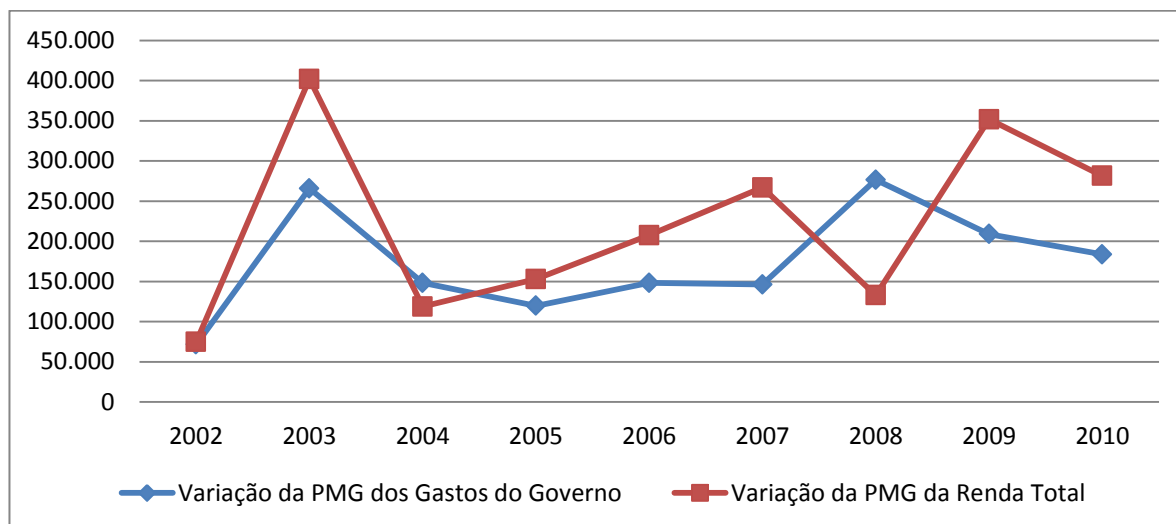
No período de 2003 foi identificada uma das evoluções nos investimentos do governo, sendo que foi o início do governo Lula, com isso foi identificados que neste governo, ao mesmo tempo em que apoiava o rigor monetário, dava ordens e estimulava à sua equipe a aumentar o poder aquisitivo do salário mínimo e elevar a dotação orçamentária, com investimentos diretos, como com programas sociais, podendo ser um dos principais pontos para esta evolução, de 2003 para 2004.

Já de 2007 para 2008, é identificado com outro ponto de evolução, aonde houve a inserção do Programa de Aceleração ao Crescimento Econômico (PAC), o qual pode ser um dos principais motivos da evolução dos gastos. O PAC foi implementado em 2007, e é composto por duas partes: investimentos em infraestrutura e medidas institucionais. A primeira se subdivide nos eixos de logística, energia e social e urbano. Já as medidas institucionais são voltadas para a desoneração e o aperfeiçoamento do sistema tributário, estímulo ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento e medidas fiscais de longo prazo. Entende-se que esse Programa pode ter auxiliado no aumento da variação dos efeitos dos gastos do governo sobre o PIB total.

Os investimentos contemplados pelo PAC totalizam R\$ 503,9 bilhões - R\$ 67,8 bilhões do orçamento do governo federal e R\$ 436,1 bilhões provenientes das estatais federais e do setor privado - a serem desembolsados ao longo do período 2007-2010, em diferentes áreas. A maior delas é a infraestrutura energética - R\$274,8 bilhões, ou 54,5% do total. Outra área mais importante é a infraestrutura social e urbana, com R\$170,8 bilhões, ou 33,9% do total. Os principais setores escolhidos - habitação e saneamento - são importantes em termos do potencial de geração de emprego, de distribuição da riqueza e do impacto positivo sobre a qualidade de vida da população de menor renda. A terceira e última área, em termos de investimento programado, é a infraestrutura de logística, com R\$ 58,3 bilhões ou 11,6% do total. Esses segmentos são importantes e essenciais, uma vez que respondem pelo transporte de pessoas e mercadorias, ou seja, incluem rodovias, aeroportos, hidrovias, ferrovias etc., conforme dados do *Site* do PAC (2012).

Com isso, é identificado na Figura 9 a Propensão Marginal a Consumir dos Gastos do Governo em relação ao PIB, sendo analisado a PMC dos gastos totais em relação aos dos Gastos do Governo, sendo excluída a importação e exportação, para der ter uma visão peculiar sobre a evolução dos gastos em relação à renda.

Figura 9:
Varição da Propensão Marginal a Consumir em relação aos Gastos do Governo e a sua Renda Total (PIB)*, do Brasil do ano de 2002 a 2010.



FONTE: Elaborado pelo Autor conforme dados do IBGE, 2012.

NOTA: * Excluindo a importação e exportação.

Esta Figura demonstra que em 2004 e em 2008 a PMC em relação aos Gastos do Governo foram maiores do que a da Renda Total, podendo assim, explicar o porquê houve um aumento no Efeito Multiplicador, conforme Figura 10, nos respectivos anos de 2004 e 2008, os quais foram os maiores índices. Esses anos deverão ser analisados num estudo mais aprofundado.

É identificado também que mesmo em momentos de baixa propensão a consumir o governo ainda continua investir, incentivando o consumo, os quais estão demonstrados na figura 9 pelos anos de 2004 e 2008.

5. Considerações finais

Os resultados são divididos em quatro partes. Onde o primeiro resultado obtido é a conceptualização da Macroeconomia e seus objetivos, o qual demonstra os agregados macroeconômicos, assim trazendo uma forma mais ampla e demonstrativa dos resultados.

Já o segundo ponto importante do estudo é recuperação da história da economia brasileira do Plano Real até a gestão do governo de 2003, onde o Presidente desta época foi Fernando Henrique Cardoso (FHC), tendo este em seu começo de mandato um desequilíbrio nas contas fiscais. O Plano Real começou com 30% e passou a 39% da dívida líquida do setor público (DLSP) sobre o PIB de 1994 a até 1998, porém que teve uma diminuição considerável da inflação.

O terceiro ponto do estudo identificado o início do governo de 2003 e quais melhorias em relação aos programas sociais. O governo do ex-presidente Lula teve um começo muito perturbado com o aumento do dólar chegando a R\$ 4,00, a inflação descontrolada e com um crescimento elevado da dívida pública/PIB. O novo governo se defrontava com a necessidade de uma forte elevação da taxa de juros a vigorar no ano de 2003 e de vencer as desconfianças, demonstrando um controle do superávit primário/metas de inflação/câmbio flutuante.

Com isso foi identificado que no governo Lula, ao mesmo tempo em que apoiava o rigor monetário, dava ordens e estimulava à sua equipe a aumentar o poder aquisitivo do salário mínimo e elevar a dotação orçamentária, com investimentos diretos, com programas sociais, para o que com o tempo veio a ser o programa Bolsa Família. O Investimento Público foi o que mais sentiu o impacto das restrições orçamentárias fiscais, no ano de 2003, crescendo sensivelmente no período, porém conseguiu retornar ao patamar anterior, ao do ajuste fiscal. Com isso distingue-se que em relação às transferências de renda às famílias se destacam, apresentando crescimento de 2,15% do PIB no período de 2002 a 2010. O investimento em programas sociais era de 5,45% do PIB, passando para 6,16% no ano de 2010, o que representa um aumento de 0,72%.

Assim, se identifica que com um aumento no investimento em programas sociais houve uma diminuição nos indicadores de pobreza. Conforme identificado houve um aumento de R\$105 milhões em 2004 para R\$232 milhões em 2010, e

houve uma diminuição na pobreza de 46 milhões de pessoas para 26 milhões de pessoas pobres.

Com essa demonstração, o quarto ponto importante deste estudo é O Efeito Multiplicador dos gastos do governo com relação aos Gastos Sociais e o aumento do PIB, sendo que de 2003 a 2010, houve uma médias de 1,30 no efeito Multiplicador, indicando que, a cada um Real investido pelo Governo ele gerou R\$ 1,30. Assim, nos anos de 2003 e 2008, que tiveram as maiores variações, são indicativas de que em 2003 com o início do governo Lula, o qual apesar de manter uma política monetária rigorosa, investiu cada vez mais em salários e programas sociais. E em 2007, houve a entrada do PAC, a qual ampliou os gastos do governo tanto em infraestrutura, quanto em medidas institucionais.

Com isso identificou-se que teve um aumento em gastos do governo em relação aos programas sociais, pois duplicou o seu valor do ano de 2003 para 2010, porém não houve um aumento real, pois a variação passou de 5,45% para 6,16%, variando apenas em 0,71% em relação ao PIB.

Assim, os objetivos foram alcançados, pois, foi feito uma revisão teórica sobre a macroeconomia e seus objetivos, também realizada uma contextualização histórica do Plano Real, de 1994, até o governo do presidente Lula no ano de 2003. E por fim, foi identificado os gastos do governo em relação aos programas sociais dos anos de 2004 a 2010.

E o problema foi respondido com a identificação de que não houve um aumento real nos gastos do governo em relação aos programas sociais, e também identificado que mesmo em tempo de crise o governo continua incentivando o consumo.

BIBLIOGRAFIA

AVERBURG, André. **A crise brasileira de 1998/1999**: origens e consequências. Textos para Discussão, Rio de Janeiro, n. 77, maio, 2000. 40 p.

_____. **Do déficit de metas as metas de déficit**: a política fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002. Textos para Discussão, Rio de Janeiro, n. 93, abri., 2002.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Manual de finanças públicas**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br/>>. Acesso em: junho de 2012

BACHA e LIMA, Carlos José Caetano; Roberto A. Souza de. **Macroeconomia**: Teoria e aplicações á economia brasileira. Editora: Aline A, 2006.

BERNARDO e SALAZAR; Denise Carneiro Dos Reis, German Torres, Programa Bolsa Família: **Valorizando As Parcerias E As Singularidades Regionais**; http://www.achegas.net/numero/vinteedois/denise_e_german_22.htm(2004).

BLANCHARD, Olivier; **Macroeconomia**, 4º edição. p. 575; São Paulo: Pearson Prentice Hall.(2007)

CACCIAMALI, Maria Cristina, (1991), Distribuição de renda no Brasil.[et al].; **Manual da Economia** / Amauri Patrick Gremaud. [et al].; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos. – 5º Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

CARVALHO, M.A.: SILVA, C.R.L. **Economia Internacional**. - 2º Ed. - São Paulo: Saraiva, 2002.

CASTOLDI, Agenor. **Elementos de Economia Brasileira**: Uma Visão Geral. Ijuí, Unijuí, 2003.

CERQUEIRA, Wagner de: <http://www.brasilecola.com/brasil/pib-brasil.htm>.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**: para uso dos estudantes universitários. – 3ª ed. – São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHAHAD, J.P.Z. **Mercado de Trabalho, emprego e desenvolvimento no Brasil**. In: Administração de empresas. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

DIEESE – **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. http://www.dieese.org.br/esp/estudos_mercado.xml - Acesso em 20/04/2012.

FFMS - **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, acessado em 02.12.12: <http://www.conhecercrise.com/indicador/90/balanca-corrente-e-de-capital>

FREITAS, CASTRO NETO, LÔU; Brandi Roberto Paiva, Armando Affonso de, Isaac Coimbra; **Relação entre Gastos Públicos e Crescimento Econômico**: uma análise com dados em painel para o Nordeste, Conj. & Planej., Salvador, 2009.

FROYEN R. T., Crescimento Econômico.[ETAL].; **Manual da Economia** / Amauri Patrick Gremaud, [ETAL].; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

FROYEN R. T., **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, (1999).

SIMÕES FILHO, Walter. **Assistência Social Legislação e Programas Sociais do Governo Federal**, Consultoria Legislativa, Câmara de Deputados, Março 2010.

FONSECA, Marcos Giannetti da, Medidas da Atividade Econômica, [et al].; **Manual da Economia** / Amauri Patrick Gremaud, [et al].; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

GIAMBIAGI, Fabio. **Necessidade de financiamento do setor público**: Bases para a discussão do ajuste fiscal no Brasil – 1991/96. Textos para Discussão, Rio de Janeiro, n. 53, mar., 1997.

_____. **A Política Fiscal do Governo Lula em Perspectiva Histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público?** Textos para Discussão, Rio de Janeiro, n. 1169, mar., 2006.

_____. **Dezessete anos de Política Fiscal no Brasil: 1991-2007**. Textos para Discussão, Rio de Janeiro, n. 1309, nov., 2007

_____; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas**: teoria e prática no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

_____; Fabio. **A Política Fiscal Do Governo Lula Em Perspectiva Histórica: Qual É O Limite Para O Aumento Do Gasto Público?** Planejamento e políticas públicas, n. 27 | jun./dez. 2004.

_____; MENDONÇA, João Luis de Oliveira; **Diagnóstico da Previdência Social no Brasil: O Que Foi Feito e o Que Falta Reformar?**; pesquisa e planejamento econômico | ppe| v.34 | n.3 | dez 2004.

GREMAUD, Amauri Patrick, [et al]. **Manual da Economia**; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva (2004).

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - <http://www.ipea.gov.br/acessoainformacao/>: Acesso em 25 maio de 2012.

IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - www.ibpt.com.br Acesso em: 10 jul 2012>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -
<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/> Acesso em 29/10/2012.

JUNIOR, Rudnei Toneto, **Modelo de Integração o Lado Real e o Lado Monetário: Análise IS-LM**; [et al]. Manual da Economia; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva (2004).

KINDLEBERGER, C. P.; HERRICK, B. - **Economic Development**. 3. Ed. New York: McGraw-Hill, (1977).

KRUGMAN, Paulo R.: Economia internacional: teoria e política. 6° edição, São Paulo: Grupo Pearson Education, 2005.

KUZNETS, S. (1971) Crescimento Econômico.[et al].; **Manual da Economia / Amauri Patrick Gremaud...** [et al].; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

Lei Complementar Nº 101, De 4 De Maio De 2000. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em 02 dez 2012

LEI Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Disponível em:
<http://www.presidencia.gov.br/ccivil_Ato2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 10 julho 2012.

LOPES e VASCONCELLOS;L.M.,M.A.S. **Manual de Economia – básico e intermediário**. 2°ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LUQUE, Carlos Antonio Teoria, (2004), Macroeconômica: evolução e Situação atual[et al].; **Manual da Economia / Amauri Patrick Gremaud.**[et al].; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

MANKIWI, N. G. **Macroeconomia**. 3. ed: Rio de Janeiro: LTC, 1998.

MARINS, Jaqueline Terra Moura; VIEIRA, Paulo Roberto da Costa. **A Política Monetária na Economia Brasileira Atual**: conceitos fundamentais, evolução e procedimentos operacionais, 1998.

MATESCO, Fernando; **A Importância de Definição de Uma Metodologia Para o Gerenciamento de Projetos**; Artigos/Artigo MBA p. 3; 2010.

MENDONÇA, H. F. e Vinian, V. S. (2010). **Gestão da Dívida Pública: A Experiência do Brasil**. Revista da CEPAL.

MILES e SCOTT, A., D., **Macroeconomia**: compreendendo a riqueza das nações. São Paulo: Saraiva, 2005.

MONTORO FILHO e TROSTER, André Franco, Roberto Luiz, **Introdução à Teoria Monetária**; [et al] Manual da Economia; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, Antônio Silva; NASCIMENTO, Isabela Oliveira do, SILVA, Rosi Vani De Sousa (2012). **Pobreza, Desigualdade E Bolsa Família No Brasil Rendas Do Trabalho, Distribuição de Renda, Desigualdade e Pobreza**. <http://www.renda.nepp.unicamp.br/sistema/files/Brasil/12-antonio-isabela-rosi.pdf>

OLIVEIRA, Aline Martos de. **Análise da política fiscal do Brasil de 1991 a 2007**. Monografia do curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC - Florianópolis, 2008.

PAC –**Programa de Aceleração ao Crescimento**, <http://www.pac.gov.br/> - acessado em 01-12-2012.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A “lógica” da Política Econômica Ortodoxa**, O São Paulo, pag.3, 28.11 a 04.12.1980.

PIRES, Manoel Carlos de Castro; **Multiplicadores Fiscais no Brasil: uma contribuição ao debate sobre políticas fiscais anticíclicas**; Política Fiscal e a Crise Econômica Internacional – Monografia_Tema3_Terceiro Lugar; Finanças Públicas – XIV Prêmio Tesouro Nacional – 2009.

PNAD, 2012 – **Pesquisa Nacional por Amostragem a Domicílio** – disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/população. Acessado em: 22 maio 2012

PNUD - **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil**- <http://www.pnud.org.br/IDH.aspx> e <http://www.pnud.org.br/ODM1.aspx>

POCHMANN, Mário **Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil**. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 12 (6), p. 1477 – 1489, 2007.

Portal da Transparência - <http://www.portaltransparencia.gov.br/Despesas.asp> - acesso em 30 de out 2012.

QUEIROZ, Silvana Nunes de. **Análise da evolução dos programas federais de transferência de renda (PBF e BPC) no Brasil e estados do Nordeste – 2004-2009**, (2009).

RIBEIRO, Roberto Names, Introdução a Economia, (2004) [et al].; **Manual da Economia** / Amauri Patrick Gremaud... [et al].; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

RIZZIERI, Juarez Alexandre Baldini, (2006)[et al].; **Manual da Economia** / Amauri Patrick Gremaud, Teoria da determinação da Renda e do Produto Nacional[et al].; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos. – 5º Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação, com a introdução de Piero Sraffa**. Apresentação de Paul Singer. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

RODRIGUES, William Costa; **Metodologia Científica**; FAETEC/IST Paracambi2007

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de Métodos e técnicas de pesquisa científica** – 5ª Ed – Niterói, RJ: Impeus, 2005.

SB - **Siga Brasil**

http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/SigaBrasil - Acesso em 30 out 2012.

SOUZA, P. R.; **O que são empregos e salários?** São Paulo: Brasiliense, 1981 (Col. Primeiros Passos).

SOF - **Secretaria de Orçamento Federal** -

<http://www.orcamentofederal.gov.br/estatistica=1>

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**; Universidade Federal do Maranhão (UFMA); *Rev. Katál. Florianópolis* v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010

SOUSA, Rômulo Paes. **Avaliação e gestão de políticas públicas: notícias de uma relação muito delicada**. XI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala, 7 - 10 Nov. 2006.

TESOURO DA FAZENDA, 2012; disponível em: www.tesouro.fazenda.gov.br: Acesso em 16 maio 2012.

TESOURO NACIONAL, 2012; disponível em: www.tesouro.gov.br: Acesso em 14 maio 2012.

VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval de; **Economia – Micro e Macro**. 3º ed – São Paulo: Atlas, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

ANEXO

Histórico de Metas para a Inflação no Brasil

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limites Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
1999			8	2	6-10	8,94
2000	Resolução 2.615	30/6/1999	6	2	4-8	5,97
2001			4	2	2-6	7,67
2002	Resolução 2.744	28/6/2000	3,5	2	1,5-5,5	12,53
2003 ^{1/}	Resolução 2.842	28/6/2001	3,25	2	1,25-5,25	
	Resolução 2.972	27/6/2002	4	2,5	1,5-6,5	9,30
2004 ^{1/}	Resolução 2.972	27/6/2002	3,75	2,5	1,25-6,25	
	Resolução 3.108	25/6/2003	5,5	2,5	3-8	7,60
2005	Resolução 3.108	25/6/2003	4,5	2,5	2-7	5,69
2006	Resolução 3.210	30/6/2004	4,5	2	2,5-6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/6/2005	4,5	2	2,5-6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/6/2006	4,5	2	2,5-6,5	5,90
2009	Resolução 3.463	26/6/2007	4,5	2	2,5-6,5	4,31
2010	Resolução 3.584	1/7/2008	4,5	2	2,5-6,5	5,91
2011	Resolução 3.748	30/6/2009	4,5	2	2,5-6,5	6,50
2012	Resolução 3.880	22/6/2010	4,5	2	2,5-6,5	
2013	Resolução 3.991	30/6/2011	4,5	2	2,5-6,5	
2014	Resolução 4.095	28/6/2012	4,5	2	2,5-6,5	

^{1/} A Carta Aberta, de 21/1/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004.

APENDICE I: Cálculo do Efeito Multiplicador

Ano	PIB	Consumo famílias	Consumo Governo	PMG C	k	PMC-G	Efeito Multiplicador dos Gastos do Governo
2003	1.699.948	1.052.759	329.596	0,446	1,807	0,181	1,221
2004	1.941.498	1.160.611	373.284	0,649	2,853	0,264	1,358
2005	2.147.239	1.294.230	427.553	0,606	2,538	0,212	1,270
2006	2.369.484	1.428.906	474.773	0,566	2,304	0,220	1,282
2007	2.661.344	1.594.067	539.061	0,520	2,082	0,197	1,245
2008	3.032.203	1.786.840	612.105	0,931	14,500	0,361	1,566
2009	3.239.404	1.979.751	687.001	0,507	2,027	0,208	1,262
2010	3.770.085	2.248.624	797.332	0,596	2,478	0,211	1,268

Fonte: Dados IBGE, 2012, calculo Júnior (2010).

APENDICE II: Cálculo da PMG

Anos	G/R=c	1/(1-c)=k	PMC/(1-c)	PMC*G=Kg	Varição da PMG dos Gastos do Governo	C+I+G/(1-PMC)=Kt	Varição da PMG da Renda Total
2002	0,63	2,73	6,82	794.188	71.550,00	962805,70	74606,39
2003	0,45	1,81	6,51	662421,69	265664,11	839920,55	401868,99
2004	0,65	2,85	6,18	928085,80	148173,04	1241789,55	118622,21
2005	0,61	2,54	6,34	1076258,84	119779,16	1360411,76	153001,71
2006	0,57	2,30	6,35	1196038,00	148155,45	1513413,47	207496,58
2007	0,52	2,08	6,22	1344193,45	146156,44	1720910,04	266811,86
2008	0,93	14,50	5,93	1490349,89	276385,70	1987721,91	132758,07
2009	0,51	2,03	6,61	1766735,59	209003,63	2120479,97	351666,39
2010	0,67	3,06	6,14	1975739,22	183706,07	2472146,36	281320,73

Fonte: Dados IBGE, 2012, calculo Júnior (2010).

ANEXO II: VALORES CORRENTES EM (1.000.000,00)

Período	VA	Imposto	PIB	Consumo das Famílias	Consumo da APU	Formação Bruta de Capital Fixo	Variação de Estoques	Exportação	Importação
2002. I	290.078	47.791	337.869	214.386	67.926	56.468	1.002	34.244	36.158
2002. II	320.831	49.886	370.717	224.851	75.459	59.387	12.182	38.255	39.418
2002. III	320.684	51.502	372.186	232.581	66.608	61.833	-1.221	64.793	52.408
2002. IV	341.536	55.514	397.050	240.241	94.051	64.473	-14.775	71.031	57.970
Total	1.273.129	204.693	1.477.822	912.058	304.044	242.162	-2.811	208.323	185.954
2003. I	335.343	56.239	391.582	257.237	69.945	63.806	-7.497	61.586	53.495
2003. II	363.380	56.855	420.235	259.774	80.117	62.464	5.542	60.721	48.383
2003. III	373.172	56.704	429.876	265.313	78.727	65.393	5.388	65.202	50.147
2003. IV	398.720	59.536	458.255	270.436	100.807	68.051	4.949	67.260	53.247
Total	1.470.614	229.334	1.699.948	1.052.759	329.596	259.714	8.381	254.770	205.272
2004.I	379.330	60.290	439.620	273.133	76.601	70.766	5.588	65.264	51.732
2004.II	417.169	66.638	483.807	282.254	87.538	76.905	15.582	81.657	60.130
2004.III	422.077	73.334	495.411	296.560	89.931	83.645	2.043	88.947	65.716
2004.IV	447.682	74.979	522.661	308.664	119.214	81.200	-3.396	83.025	66.044
Total	1.666.258	275.240	1.941.498	1.160.611	373.284	312.516	19.817	318.892	243.622
2005.I	422.196	71.967	494.163	307.261	91.249	79.457	-259	75.689	59.234
2005.II	460.212	74.354	534.566	319.172	99.362	85.895	11.408	81.185	62.456
2005.III	466.101	76.616	542.717	327.493	100.563	89.145	2.720	86.478	63.682
2005.IV	493.743	82.050	575.794	340.304	136.379	87.740	-8.130	81.490	61.990
Total	1.842.253	304.986	2.147.239	1.294.230	427.553	342.237	5.739	324.842	247.362
2006.I	466.647	79.097	545.744	341.991	102.334	91.197	-3.838	74.807	60.747
2006.II	497.510	79.872	577.381	351.482	107.982	94.698	9.285	78.419	64.486
2006.III	520.039	83.678	603.717	361.079	112.604	101.608	5.457	96.927	73.959
2006.IV	550.225	92.416	642.641	374.353	151.853	101.824	-3.206	90.305	72.488
Total	2.034.421	335.063	2.369.484	1.428.906	474.773	389.328	7.699	340.457	271.679
2007.I	531.643	86.171	617.814	380.736	118.105	103.740	5.313	83.490	73.569
2007.II	572.030	89.951	661.981	395.415	127.968	112.987	12.806	87.868	75.063
2007.III	577.993	95.373	673.365	401.361	128.023	123.104	10.119	93.963	83.205
2007.IV	606.192	101.991	708.183	416.555	164.965	124.307	-4.615	90.351	83.380
Total	2.287.858	373.486	2.661.344	1.594.067	539.061	464.137	23.624	355.672	315.217
2008.I	589.116	105.260	694.376	422.805	133.081	126.981	14.959	79.128	82.578
2008.II	647.952	110.559	758.512	442.254	144.471	141.879	27.515	96.836	94.442
2008.III	670.965	116.726	787.691	461.299	147.572	162.432	12.160	113.662	109.433
2008.IV	672.416	119.209	791.625	460.482	186.981	148.239	-6.667	124.670	122.080
Total	2.580.449	451.754	3.032.203	1.786.840	612.105	579.531	47.966	414.295	408.534
2009.I	628.496	100.904	729.400	460.110	153.129	124.170	-4.068	86.187	90.127
2009.II	683.055	104.908	787.963	486.111	156.375	135.665	2.888	92.477	85.553
2009.III	714.814	111.617	826.431	511.869	160.990	158.544	-4.006	91.305	92.271
2009.IV	768.013	127.597	895.610	521.661	216.507	166.938	-2.285	85.685	92.896
Total	2.794.379	445.025	3.239.404	1.979.751	687.001	585.317	-7.471	355.653	360.847
2010.I	731.871	123.697	855.569	532.301	170.540	164.627	2.140	84.459	98.497
2010.II	794.979	132.118	927.097	548.563	186.888	178.161	19.246	102.185	107.945
2010.III	825.503	137.936	963.438	572.107	189.204	197.178	17.143	110.749	122.942
2010.IV	874.827	149.153	1.023.981	595.654	250.701	193.747	-9.229	112.475	119.366
Total	3.227.181	542.904	3.770.085	2.248.624	797.332	733.712	29.300	409.868	448.752
2011.I	817.651	144.421	962.073	601.849	179.641	187.793	4.915	100.647	112.772
2011.II	893.862	149.665	1.043.527	617.653	210.482	196.644	23.996	121.482	126.729
2011.III	891.079	155.628	1.046.707	631.159	201.788	209.556	7.767	133.324	136.887
2011.IV	928.280	162.428	1.090.708	648.829	264.737	204.728	-18.137	137.117	146.566
Total	3.530.871	612.142	4.143.013	2.499.489	856.647	798.720	18.540	492.570	522.953

